



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 139

QUARTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 1996

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPB – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Baibálho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líder Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
---	---	--

<p>EXPEDIENTE</p>		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 30 DE JULHO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 525/96, de 19 de julho do corrente, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 223, de 1996, de informações, da Senadora Benedita da Silva 13343

Nº 260/96, de 18 de julho do corrente, do Ministro dos Transportes, referente ao Requerimento nº 446, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade, mediante o qual encaminha as informações relativas ao item sobre a conservação preventiva, rotineira e emergencial no Pará, e esclarecendo que os demais itens serão respondidos imediatamente após o atendimento da proposta de ampliação de limite orçamentário para 1996..... 13343

1.2.2 – Requerimento

Nº 735, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro da Fazenda as informações que menciona. 13343

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº 2.296/96, do Banco Central do Brasil, encaminhando dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de junho do corrente ano. (Diversos nº 70, de 1996) 13344

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Oportunidade gerada pela Medida Provisória nº 1.483, de 1996, que concede incentivos à instalação de indústria automotiva nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Diferenças sócio-econômicas regionais brasileiras..... 13344

SENADOR WALDECK ORNELAS – Comunicando à Casa a aprovação, na Comissão

Mista, da Medida Provisória nº 1.483, de 1996, que reduz o imposto de importação para os produtos que especifica e dá outras providências, na forma de projeto de lei de conversão. Observações a respeito dos artigos intitulados "Incentivo no NE pode baratear carros em até 48%" e "Golpe contra a União", publicados nos jornais *O Globo* e *O Estado de S.Paulo*, respectivamente, edições do último dia 26. Apolando os trabalhos do grupo presidido pelo Senador Osmar Dias, destinado a discutir as bases nas quais devem ser refinanciadas as dívidas dos Estados. Comentando artigo do analista econômico do jornal *Folha de S.Paulo*, Celso Pinto, edição do dia 23 do corrente, intitulado "Aposta nos Estados", sobre parecer do Banco Mundial acerca das finanças dos Estados, e matéria "Estados negociam solução para as dívidas", publicada na *Gazeta Mercantil*, do dia 26 do corrente..... 13347

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Início do debate sobre a reforma da Previdência no Senado Federal. Denunciando manobra do Governo Federal em relação à relatoria da proposta de emenda à Constituição que reforma a Previdência e a Assistência Social..... 13351

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Necessidade do comparecimento do Presidente do Banco do Brasil ao Senado Federal, para prestar esclarecimentos sobre as razões do déficit da instituição..... 13353

1.2.5 – Requerimento

Nº 736, de 1996, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona. 13357

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.511, em 25 de julho de 1996 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe so-

bre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação. 13357

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR **BERNARDO CABRAL** – Solemnidade de entrega do Prêmio Interamericano de Educação Andres Bello 1995 ao Senador Darcy Ribeiro, a realizar-se amanhã, às 14h30min, no auditório do edifício sede do MEC. 13358

SENADORA **BENEDITA DA SILVA** – Dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas brasileiras. Comentários acerca da explosão de bomba no Parque Centenário, em Atlanta e do acidente com o avião da empresa TWA, também ocorrido nos Estados Unidos. Sugerindo a convocação do Ministro Adib Jatene para nova audiência na Comissão Temporária Interna destinada a apurar in loco os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genovêva, em virtude de declarações a ele atribuídas e publicadas em artigo do jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, intitulado "Juiz convoca Jatene a dar depoimento". 13358

SENADOR **GERALDO MELO** – Indignação com a montagem de estrutura para carnaval fora de época em frente ao Congresso Nacional. Comentários sobre o editorial do jornal *Estado de S.Paulo*, com relação às medidas anunciadas para favorecer a instalação de uma montadora de automóveis no Nordeste. Reflexão sobre a importância para o Brasil do desenvolvimento econômico da região Nordeste. 13360

SENADOR **FRANCELINO PEREIRA** – Comunicando a realização de reunião da Comissão Especial que estuda o novo Código Nacional de Trânsito, no próximo dia 6, para apreciação do

parecer do Relator sobre as 209 emendas apresentadas. Considerações sobre os avanços no processo de criação, incorporação, fusão e os desmembramentos dos municípios, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/96, de iniciativa do Deputado César Bandeira. 13364

SENADOR **EDUARDO SUPLEY** – Justificando Requerimentos nºs 735 e 736, de 1996, de autoria de S. Ex^a, lidos na presente sessão, de informações ao Ministro da Fazenda. 13366

SENADOR **GERALDO MELO**, como Líder – Ponderações no sentido de se evitar avaliação inadequada dos trabalhos realizados pelos dirigentes do Banco do Brasil e de sua situação financeira. 13367

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DE COMISSÃO

1ª Reunião (Instalação) da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.483-14, de 10 de julho de 1996, realizada em 16 de julho de 1996. 13368

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 905, de 1996 (Republicação) 13368

Nºs 923 a 927, de 1996 13368

4 – MESA DIRETORA

5 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata Da 27ª Sessão Não Deliberativa em 30 de julho. de 1996

2ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eduardo Suplicy, Jefferson Péres e Geraldo Melo

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Waldeck Ornelas, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 525/96, de 19 de julho de 1996, do Ministro da Saúde, referente ao Requerimento nº 223, de 1996, de informações, da Senadora Benedita da Silva.

As informações foram remetidas, em cópia, à requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Nº 260/96, de 18 de julho de 1996, do Ministro dos Transportes, referente ao Requerimento nº 446, de 1996, de informações, do Senador Ademir Andrade, mediante o qual encaminha as informações relativas ao item sobre a conservação preventiva, rotineira e emergencial no Pará, e esclarecendo que os demais itens serão respondidos imediatamente após o atendimento da proposta de ampliação de limite orçamentário para 1996.

As informações parciais foram remetidas, em cópia, ao requerente.

O requerimento aguardará na Secretaria-Geral da Mesa a remessa das informações complementares.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Waldeck Ornelas.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 735, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 49, inciso 10, e 50 da Constituição Federal combinados com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal requiro sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1) Que razões justificam a decisão adotada pelo Conselho Monetário Nacional, em sua reunião de 25 de julho p.p., liberar a cobrança da maioria dos serviços bancários?

2) Que garantias há para os correntistas de que as normas estabelecidas pelas instituições financeiras não resultarão em cobranças abusivas dado caráter concentrado do setor bancário?

3) Que razões justificam a decisão adotada de reduzir de 120% para 100% do valor do empréstimo as garantias exigidas para que instituições sob Raet tenha acesso às linhas de liquidez do Banco Central?

Justificação

O Governo, através do Conselho Monetário Nacional, autoriza a liberação de cobrança da maioria dos serviços bancários, ao mesmo tempo em que se constata tendência de concentração no sistema financeiro promovida por fortes subsídios consubstanciados no Proer.

Isto ocorre no momento em que alguns bancos importantes apresentam alta rentabilidade em seus balanços semestrais. O Bradesco, por exemplo registra uma rentabilidade de 8,26% sobre o patrimônio líquido, equivalente a um lucro de R\$431 milhões, 62% a mais que em igual período no ano passado. O lucro do Banco Real atingiu a cifra de R\$236,7 milhões, crescendo 60%. Os resultados favoráveis de alguns desses bancos se devem em parte ao fato de que o Banco Central autorizou a compra por cerca de 50% do valor de face da sua carteira de FCVS.

Por outro lado, não se tem informação e isto vem sendo alertado pelas diversas instituições que tratam da proteção ao consumidor, de que os bancos tenham a preocupação de tomar claros e não sujeitos a mudanças abruptas as regras de cobrança de tarifas sobre os mais diversos serviços.

Diante de tal quadro, é imperativo que as autoridades do Ministério da Fazenda justifiquem ao Senado Federal tais medidas.

Sala das Sessões, 30 de julho de 1996. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 2.296/96, encaminhando dados referentes à dívida dos Governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele Órgão, tendo por base o mês de junho do corrente ano. **(Diversos nº 70, de 1996)**

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda. S. Ex^a dispõe de 20 minutos. (Pausa.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, gostaria de registrar, com a presença em plenário do Senador Waldeck Ornelas, que, com a autorização do Presidente da República, na semana passada, iniciamos entendimentos com a Bancada de Senadores e Deputados de vários Estados do Nordeste brasileiro, tendo em vista a medida provisória, que tramita nesta Casa, sobre incentivos à instalação de indústrias automotivas no País.

Como esse assunto vem sendo abordado na imprensa de formas diferentes, pareceu-me importante registrar aqui a nossa ótica sobre essa medida provisória e sobre os eventuais incentivos que podem ser dados à instalação de grandes indústrias no nosso País.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso ficar claro que, em função da medida provisória que está sendo analisada no Con-

gresso Nacional neste momento, algumas grandes indústrias que já operam no mercado internacional com grande sucesso, e que são exportadoras dos seus produtos para o Brasil, ou, em outras palavras, o Brasil importa produtos fabricados por essas indústrias em outros países do mundo; em função dessa medida provisória, repito – e, é claro, em função principalmente das reformas que se produzem no seio da economia nacional, da mudança do papel do Estado na sociedade brasileira, que se redesenha através das reformas constitucionais processadas no Congresso Nacional; em função de tudo isso, essas indústrias têm mostrado interesse e, em alguns casos, já acordaram compromissos de instalação de plantas em território nacional. O Estado de Minas Gerais, o do Rio de Janeiro e o do Paraná, esses três Estados já têm investimentos acertados dessas indústrias internacionais em nosso País.

Isso é bom para o Brasil, em primeiro lugar, porque vai gerar empregos. Em segundo lugar, porque vai internar recursos que antes estavam no mercado especulativo, no mercado produtivo, eventualmente até com taxas de retorno menores, mas, principalmente, com taxas de permanência maiores na economia nacional.

Isso é bom para o modelo de desenvolvimento que nós desejamos, que contempla a continuidade da estabilidade econômica, mas com crescimento, portanto, com a geração de novas fontes de emprego e de renda.

Ocorre que alguns Estados das regiões mais pobres do País, das regiões menos desenvolvidas, e aí eu incluiria Estados do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste brasileiro, reivindicaram – e o fizeram no seio da comissão mista que analisa essa medida provisória, portanto, no fórum competente – que determinados incentivos destinados aos Estados menos desenvolvidos pudessem ter alguma diferenciação.

Aí cabe uma reflexão de todos nós. O Brasil tem liberdade, tem democracia, tem estabilidade econômica e pretende ter um projeto de país que contemple o desenvolvimento econômico. Será que nós todos, que estamos ajudando a desenhar esse projeto de país, desejamos que esse novo modelo de desenvolvimento seja tão injusto quanto os modelos de desenvolvimento experimentados nas décadas passadas, notadamente nas décadas de 60 e 70?

É inegável que o País cresceu muito naquele período de fabulosas taxas de crescimento econômico. Mas ele cresceu desigualmente, criando diferenças abissais entre as classes sociais e diferenças profundas entre as regiões do Brasil. De sorte que

temos hoje, neste final de século, um Sudeste extremamente desenvolvido, produtivo, com renda *per capita* muito próxima da dos países mais desenvolvidos do mundo, e temos, por outro lado, índices sociais catastróficos no Norte e no Nordeste brasileiro.

Será que é esse o modelo de desenvolvimento que desejamos? Certamente que não. Se queremos um modelo de desenvolvimento menos desigual e menos injusto, é absolutamente próprio que se deseje que o aparelho de Estado – e aí não só do Governo Federal, mas também dos governos estaduais e municipais – produza incentivos, produza motivações para que essa desigualdade diminua, e isso se faz também com incentivos à instalação de grandes indústrias nas regiões mais pobres, para que a diferença do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida entre, por exemplo, o Nordeste e o Sudeste possa diminuir.

Uma outra reflexão, Sr. Presidente. Há alguns dias tive a honra de participar do aniversário do Banco do Nordeste, em Fortaleza. Estávamos lá vários Senadores, de diferentes regiões do País, e os dados que discutimos durante oito horas de reuniões de trabalho são extremamente significativos. Um deles mostra que, no mapa de renúncia fiscal de todo o território nacional, 58% da renúncia está concentrada no Sudeste, apenas 12% no Nordeste, 3% no Centro-Oeste e 16% no Norte, basicamente na Zona Franca de Manaus.

Ora, os Estados do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, juntos, têm apenas 30% de renúncia fiscal, enquanto o Sudeste, sozinho, tem 58%. É claro que esses incentivos produziram um grande desenvolvimento no Sudeste, mas produziram também desigualdades que foram catastróficas para o próprio Sudeste. Ou, afinal, estamos felizes, nós, brasileiros, com São Paulo, uma megalópole de 20 milhões de habitantes, com a sua periferia pobre, miserável, com o caos da vida urbana? Não teria sido mais razoável um modelo de desenvolvimento que privilegiasse por igual as diferentes regiões do País e que tivesse feito com que as taxas de crescimento econômico e, portanto, de melhoria de qualidade de vida, nas diferentes regiões, fossem menos desiguais?

Por todas essas razões, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é que estamos convencidos de que há que se fazer alguma coisa para que o modelo de desenvolvimento regional deste País seja mais justo. E é por isso que julgamos que as Bancadas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste têm razão quando reivindicam tratamento diferenciado, inclusive no

âmbito tributário, para que possam alavancar os seus modelos de desenvolvimento.

Por outro lado, se introduzíssemos, como desejou a comissão mista que analisa a medida provisória, modificações nessa medida provisória, a par de toda a argumentação favorável ao desenvolvimento das regiões mais pobres, teríamos pelo menos dois problemas graves. O primeiro problema é que o Brasil estabelece uma relação com a Organização Mundial do Comércio, a OMC, que já se desenvolve há vários meses, que teve a participação dos governos estaduais do Sudeste brasileiro e que está gerando um entendimento internacional que sinaliza para um país que agora tem regras fixas e cumpre compromissos. Ora, modificar essa medida provisória poderia significar um desentendimento com a OMC e também uma sinalização negativa à vinda desses investimentos para o Brasil.

Há um segundo problema, Sr. Presidente. Esses grandes grupos multinacionais que já iniciam os seus investimentos em Minas, mais precisamente em Juiz de Fora, no Rio de Janeiro, em Resende e no Paraná, na região metropolitana de Curitiba, já despenderam recursos, já estão finalizando as tratativas com os governos estaduais e vão rapidamente iniciar a construção de suas plantas, gerando empregos e receitas no Sudeste brasileiro, o que, convenhamos, é muito bom para o País, não é bom apenas para o Sudeste. É bom para o País, Sr. Presidente, porque queremos experimentar um novo modelo de desenvolvimento econômico, e esse modelo só será possível se tivermos a atração do capital privado para os setores produtivos da economia.

Foi nesse contexto, então, que, autorizados pelo Presidente da República, mantivemos entendimento com o Deputado José Carlos Aleluia, que é o Relator da medida provisória; com os Senadores Waldeck Ornelas e José Agripino; e com várias outras Lideranças importantes do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste brasileiro, no sentido de buscarmos uma alternativa que privilegie as regiões mais pobres, que sinalize ao mundo que o Brasil deseja um modelo de desenvolvimento regional mais equilibrado. Por outro lado, que não paralise aqueles investimentos que já estão muito próximos de ser concretizados na Região Sudeste.

Foi assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que desenhamos um arcabouço de acordo, pelo qual a atual medida provisória deverá ser reeditada nos exatos termos em que está sendo analisada pelo Congresso Nacional, sem, portanto, qualquer tipo de modificação que possa implicar desacerto

com a Organização Mundial do Comércio ou entendimento com os Estados do Sudeste e com esses grupos multinacionais, que estão prestes a aportar recursos por meio de investimentos vultosos dentro do País.

Dentro dessa linha, tivemos alguns encontros, com a presença do Ministro Fernando Catão, do Ministério Extraordinário para Políticas Regionais; com a presença do Ministro Clóvis Carvalho, da Casa Civil; e com a presença de lideranças parlamentares do Congresso Nacional, com o objetivo de desenharmos uma outra medida provisória, um outro instrumento de ação governamental, um outro instrumento de ação política que nos permitisse efetivamente criar **Inputs**, motivações que direcionem investimentos internacionais para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Todavia, isso se faria sem modificar a medida provisória em discussão no Congresso Nacional, cujos efeitos já se fazem sentir na economia nacional, exatamente para não prejudicarmos os Estados do Sudeste brasileiro, que, é bom ressaltar, já têm infra-estrutura, parque industrial e de serviços montados; já têm, portanto, todas as condições necessárias para atrair grandes plantas industriais, a fim de que possam produzir.

Sr. Presidente, é preciso registrar que o Senhor Presidente da República tomou também uma outra atitude, tão importante quanto a primeira: abriu as portas da negociação, a fim de que haja vetores de desenvolvimento regional no País. Determinou Sua Excelência ao Presidente do BNDES, Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, que agilizasse os entendimentos com o Banco do Nordeste e com os Governos Estaduais do Nordeste brasileiro, para que o financiamento das contrapartidas necessárias ao Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – efetivamente saia do papel e viabilize a construção de estradas no litoral, de hotéis e de uma infra-estrutura de serviços capaz de aumentar a capacidade hoteleira e a capacidade de atração de capitais por meio do turismo nessa Região.

Com tudo isso, Sr. Presidente, esperamos que, já a partir desta semana e com maior velocidade na semana que vem, possam prosseguir os entendimentos democráticos entre as lideranças do Congresso Nacional e as autoridades do Governo Federal, propiciando as condições necessárias para selarmos essa linha de entendimento, mantida, repito, a atual medida provisória nos exatos termos em que está. Com isso, garantir-se-á que esses investimentos internacionais se efetivarão no País, dando tranquilidade a Curitiba, a Juiz de Fora, a Resende, aos

Governos Estaduais do Paraná, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

E, uma vez que o capital produtivo precisa de regras fixas, deve-se garantir aos Governos estaduais e ao mercado internacional uma sinalização clara de que este País quer manter estáveis seus entendimentos e suas regras em termos de economia produtiva. Com isso, daqui a pouco tempo, teremos novas montadoras trabalhando e produzindo riquezas neste País.

Por outro lado, na mesma data, teremos outra medida provisória, outra ação política do Governo Federal, no sentido de criar incentivos e, mais do que isso, de criar mecanismos capazes de dar aos Governadores dos Estados mais pobres do País instrumentos de negociação no mercado internacional para a atração de investimentos nessas regiões.

O Sr. Lauro Campos – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Com o maior prazer, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Nobre Senador José Roberto Arruda, esquecer tudo é esquecer a nossa experiência histórica, é esquecer os descaminhos, é esquecer os sofrimentos por que passamos devido a certos desvios que foram impostos à economia brasileira. O Brasil, como V. Ex^a sabe, é um país que se caracteriza por uma crescente concentração de renda. Enquanto no Japão, dos 20% mais pobres, apenas 3,2% são mais destituídos de renda do que os 20% mais ricos, no Brasil, essa diferença entre os 20% mais ricos e os mais pobres é de 32 vezes. É de 32 vezes, porque há necessidade do capital transplantado, que estava sobrando nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial, veio para Argentina, Brasil, Coréia do Sul, México e outros países e impôs essa concentração de renda, a fim de que aqui se formasse um mercado de 10% da população privilegiada para comprar os carros e bens duráveis. De acordo com Eugênio Gudín, esse capital veio para cá recebendo do governo um estímulo: para cada US\$1 trazido por eles, o governo brasileiro doava US\$1, seja na forma de doação de terrenos, ou de perdão fiscal durante 15 anos garantido pelos empréstimos a juros negativos do BNDES. Agora, infelizmente, ainda não aprendemos; pensamos que o nosso problema, olhando apenas pelo lado do capital, é de insuficiência de capital, mais dinheiro para banqueiro, mais dinheiro para capitalistas, mais investimentos que vão reconcentrar a renda, porque obviamente continuarão a produzir os artigos de luxo que infelicitaram e infelicitam, há tanto

tempo, a economia brasileira, dentro do processo de dinamização tortuoso que se pretende agora fazer avançar. Então, vemos que a história, às vezes, se repete. A história da década de investimentos nesses setores da época de Juscelino agora se repete como tragédia. Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acolho, com muita honra, o aparte do Senador Lauro Campos. Obviamente, numa outra oportunidade, seria muito saudável discutir o modelo de desenvolvimento que se deseja para o País. Mas, de qualquer maneira, não penso apenas, Senador Lauro Campos -e acredito que assim agem os Governadores e as lideranças políticas deste País-, naqueles que vão comprar automóveis, mas, principalmente, nos milhares de empregos que serão gerados na construção desses automóveis.

Para concluir, Sr. Presidente, há algo que eu gostaria de deixar bem claro desta tribuna: em todos esses entendimentos havidos com os Srs. Senadores e Deputados, representantes desses Estados do Nordeste brasileiro, em nenhum momento, repito, em nenhum momento, houve qualquer outro tipo de interpretação, qualquer outro tipo de solicitação, qualquer outro tipo de sugestão de troca de medidas. Todos os entendimentos foram absolutamente claros, transparentes e públicos, o que é importante.

O que deseja esta bancada de Senadores e Deputados é legítimo: que o Brasil sinalize com vetores favoráveis a um desenvolvimento regional mais equilibrado. O que desejam os Estados do Sudeste também é justo: que não se modifiquem as regras do jogo, para que os investimentos já acordados com esses Estados não sofram nenhum risco. Há, entre a legitimidade dos dois pleitos, um ponto de acordo: manter essa medida provisória e editar outra que crie instrumentos que possibilitem o desenvolvimento mais acelerado das regiões mais pobres do País, que é o que todos desejamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas, por permuta com o Senador Jefferson Péres. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Comissão Especial criada para analisar a medida provisória a que se referiu há pouco o Líder do Governo no Congresso, Senador José Roberto Arruda, aprovou, na

semana passada, projeto de lei de conversão que modifica o chamado regime automotivo adotado pelo Brasil há 14 meses, que vem sendo reeditado desde então.

Em boa parte desse tempo, paralela e simultaneamente, entendimentos vêm sendo mantidos, sobretudo entre a Bancada dos Senadores dos Estados nordestinos, no sentido de que se viesse a estabelecer uma política diferenciada para as regiões menos desenvolvidas do País: Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Qual não foi a minha surpresa, Sr. Presidente, quando, ao ser aprovado o projeto de lei de conversão na Comissão Especial, estranhas manifestações de resistência foram enunciadas.

Há nítido preconceito – eu diria até claro desrespeito – em relação ao Nordeste e aos nordestinos. Fala-se em negociações. Mas elas teriam acontecido em relação ao fato de se aprovar a CPMF; teriam acontecido em relação ao fato de se aprovar a reeleição. Mas não aconteceram para que se tomassem medidas em defesa dos interesses do Nordeste, em defesa dos interesses dos Estados e das regiões mais pobres da Federação. É preciso que se situe o contexto exato onde se dá essa providência.

Desde o segundo semestre do ano passado a Bancada nordestina no Senado vem-se reunindo. Elaboramos um documento, levamos ao Presidente da República e dissemos claramente que o Nordeste não quer clientelismo, não quer assistencialismo, não quer procedimento fisiológico; o Nordeste quer, o Nordeste reivindica, o Nordeste exige, o Nordeste não abre mão é de uma política econômica diferenciada, seja no setor industrial, seja no setor agrícola. Somente dessa forma poderemos incorporar à nossa sociedade os 45 milhões de brasileiros que vivem naquela região.

Na sexta-feira retrasada, em Fortaleza, reunimo-nos – cerca de 12 Senadores da Bancada nordestina – com os dirigentes do Banco do Nordeste, que comemoravam os 40 anos de existência do Banco. Os dados econômicos e sociais da Região, apresentados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, tocaram profundamente a consciência dos Senadores que lá estavam, inclusive daqueles que não são da Região Nordeste.

É necessário ressaltar que o Presidente da República reiteradamente tem manifestado que quer, sim, a desconcentração da economia; que quer, sim, uma indústria automotiva no Nordeste. E por que uma indústria automotiva? Porque se trata de um segmento símbolo da capacidade de alavancagem,

dos efeitos em termos de geração de empregos estáveis e de bons salários, a que os nordestinos também têm direito.

O Presidente, no seu papel de Chefe de Estado, na sua visita à Alemanha, na sua visita ao Japão e ao receber a diretoria da Chrysler, apelou para que a empresa se instalasse no Nordeste. Lamentavelmente, contudo, os seus auxiliares administrativos na área própria não atribuíram a essa questão a prioridade e a urgência necessárias. Com isso, fizeram com que os Parlamentares do Nordeste se mobilizassem para aprovar o projeto de lei de conversão.

E por que a urgência? Porque a maioria das empresas multinacionais que se vão implantar no Brasil já fizeram as suas opções. É preciso que se faça editar uma medida provisória, porque o Presidente da República já se comprometeu a oferecer alternativa de localização àqueles últimos que restam decidir. Houve até um jornal paulista que criticou abertamente a decisão, chamando-a de "golpe contra a União". Violentemente, disse que "um filósofo da escola crítica diria que se trata das consequências do desenvolvimento combinado, para não dizer globalização"; disse ainda que "as Bancadas podem estar dando um golpe de morte na Federação, na medida em que atingem a União". Disse mais: "que as elites governantes do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste já não pensam mais em termos de um mercado nacional, portanto, da unidade nacional".

Segundo o jornal, o projeto de lei de conversão "concede tais isenções (especialmente imposto de importação, Imposto sobre Produtos Industrializados e IOF) às indústrias que se instalarem naquelas regiões; se as de autopeças e montadoras que estão no Sul e Sudeste se transferirem para lá, com certeza a União não vai ter recursos suficientes..."

Vejam V. Ex^{as}: é preciso que pelo menos tivessem lido para criticar. Criticam porque vamos ter isenção de imposto de importação para o Nordeste, mas desconhecem que a medida provisória vigente dá nada menos que 90% de redução do imposto de importação para as empresas que se estão instalando no Sudeste. Quando isso acontece no Sudeste, não se atenta contra a União, é legítimo. Só é ilegítimo quando é para as regiões mais pobres.

Pois bem, estudos do Ministério do Planejamento demonstram que este ano os subsídios dados às indústrias automotivas representam um montante da ordem de US\$600 milhões. Isso equivale a dois anos de Finor, se quisermos fazer uma comparação – e logo o Finor, que é tido como o supra-sumo dos incentivos nacionais. Mas, como disse o Senador Ar-

ruda, cada vez mais o País toma consciência de que quase 60% das renúncias fiscais da União hoje se destinam à Região Sudeste.

No entanto, ouço com satisfação a voz isenta do Professor José Roberto Ferro, da Fundação Getúlio Vargas. Segundo o Professor "os carros de luxo ali produzidos – refere-se ao Norte, Nordeste, Centro-Oeste – poderão sair da fábrica custando até 48% menos, e os populares 23% menos". Isso beneficia, portanto, o consumidor brasileiro. "O que não querem, na verdade, é concorrência. Todas as vantagens poderão ser superadas – diz o professor –, mão-de-obra é treinável e até as despesas com transporte para as regiões de maior consumo poderão ser compensadas".

Estranho a reação de alguns Governadores, em particular o de Minas Gerais. Ora, logo Minas Gerais, que há 20 anos deu o bom exemplo e demonstrou que era possível desconcentrar a economia do setor automotivo no Brasil! Logo Minas que é tido como ponto de equilíbrio político na Federação e que é, por conseguinte, um Estado que defende sempre as soluções equitativas e equânimes! Logo Minas que ainda tem graves desequilíbrios, como é o caso do Vale do Jequitinhonha! É preciso esclarecer. Consulto o Governador de Minas Gerais se, ao criticar os incentivos da indústria automotiva para o Nordeste, S. Ex^a estaria também, até por uma questão de coerência, renunciando a seu assento no Conselho Deliberativo da Sudene e aos incentivos do Finor e do FNE, de que se beneficia, os quais têm sustentado a correção dos desequilíbrios da região norte de Minas, particularmente em torno do pólo de Montes Claros.

Seria aconselhável que o Governador de Minas, literalmente, pusesse as barbas de molho, porque conseguiu a Mercedes para Juiz de Fora num momento em que ainda não havia a lei de incentivos fiscais estaduais estabelecida por São Paulo.

Vejo que outros também se manifestam: o Rio Grande do Sul e o Paraná. A esses quero dizer que estão se voltando contra o alvo errado; não é o Nordeste que compete com a Região Sul; ao contrário, é São Paulo que, ao fazer uma lei insana de incentivos fiscais, egoísta e provinciana, suga as oportunidades e as possibilidades de crescimento econômico que a Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – teria com o acordo do Mercosul, com a formação do Bloco Regional, em que o Brasil em uma boa hora ingressou, e que o Cone Sul, da América Latina, formalizou.

A Bancada do Nordeste aqui não votou contra a renegociação da dívida do Banespa; ao contrário, os votos do Nordeste foram suficientes e necessários para que fosse aprovado o projeto de resolução. Mas é preciso que haja bom-senso. Não fizemos isso por ingenuidade. Sabemos que, quando o Governo de São Paulo tomou irregularmente créditos de curto prazo – como são os créditos de antecipação de receita orçamentária – para financiar a duplicação da malha viária de São Paulo, criando as condições competitivas com que hoje São Paulo afronta o resto da Federação, fomos nós, todos os brasileiros, que financiamos, porque recursos de curto prazo serão agora transformados em créditos de longo prazo. São Paulo, pelo seu poderio econômico, arbitrária e ilegalmente, tomou recursos para que se criassem condições contra o restante do País.

O Sr. José Eduardo Dutra – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDECK ORNELAS – Ouço V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra – Senador Waldeck Ornelas, no início daquelas reuniões entre os Senadores do Nordeste para elaborarmos um documento a ser entregue ao Presidente da República, o Senador Ney Suassuna, em tom de brincadeira, disse que deveríamos encontrar um nome para essa articulação de Senadores. Também em tom de brincadeira, sugeri que fosse "Frente Nordestina contra o Neoliberalismo", porque, na minha opinião, a visão neoliberal, de que se deve deixar a cargo exclusivamente do mercado a resolução das desigualdades, é que leva a situações como a do Nordeste. V. Ex^a tem razão ao dizer que essa questão está impregnada do mais absoluto preconceito. V. Ex^a leu um trecho de um jornal de São Paulo; vejo outro, que foi hoje publicado em uma coluna social do jornal **O Estado de S. Paulo**, que diz o seguinte: "Os congressistas do Nordeste insistem em querer levar para lá as montadoras estrangeiras de automóveis. Estão completamente cegos com relação a questões práticas. Só se fala em Custo Brasil, mas eles estão pouco ligando. Afinal, o Nordeste sempre custou uma fortuna ao País". O Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel, tem um levantamento onde estão demonstradas as renúncias fiscais do Brasil, que muitos acreditam estarem concentradas na Região Nordeste. Esse levantamento do Secretário da Receita demonstra que isso é uma absoluta inverdade. Na Região Nordeste está concentrado o menor percentual de renúncias fiscais; o maior percentual está exatamente na Região Sudeste, o que desmonta

essa tese, que é muito propalada na Região Sudeste e que está escrita, com todas as letras, aqui, nesta coluna, de que o Nordeste custa muito ao Brasil. Sem entrar no mérito – se é possível chegar-se a uma redação diferente para o projeto de conversão da questão da indústria automotiva –, sem dúvida alguma, se não houver uma política estratégica de médio e longo prazo, por parte da Nação, que tenha claro que é necessário tratar de maneira desigual realidades desiguais, o Nordeste, com certeza, vai ficar à deriva, já que as Regiões Sul e Sudeste se integram ao Mercosul e, possivelmente, no futuro, a Região Norte vá se integrar ao Nafta; a continuar esse processo de globalização sem que a Nação brasileira tenha qualquer controle, o Nordeste talvez vá se integrar a algum mercado com a África, algo que ainda hoje não está cogitado, em função de que são regiões do planeta onde a economia está menos desenvolvida. Queria me congratular com V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Sabemos que temos divergências políticas bastante acentuadas, mas, nesse particular, estamos convergindo, porque acreditamos que, a se manter essa linha geral de política econômica e industrial no Brasil, a se manter a máxima de que se deve deixar ao mercado a resolução de desigualdades, cada vez mais essas desigualdades vão se acentuar. Embora seja verdadeira, muitas vezes, a afirmação de que incentivos fiscais e créditos que seriam destinados ao Nordeste para diminuir desigualdades acabaram sendo abocanhados por setores da classe dominante nordestina, não se pode querer tratar de forma igual situações desiguais. O que é preciso é evitar que isso volte a acontecer. Existe um documento, assinado por todos os Senadores da Bancada nordestina, independente de partido, que estabelece uma proposta de política industrial para o Nordeste. É fundamental que esse entendimento venha a sensibilizar as autoridades econômicas do Brasil e a mostrar, inclusive para os que estão nos acusando de querer acabar com a Federação, que é exatamente o contrário. Entendemos que, a continuar esse tipo de política, aí, sim, a Federação brasileira estaria ameaçada. Muito obrigado.

O SR. WALDECK ORNELAS – Incorporo com satisfação o aparte de V. Ex^a, que ressalta dois aspectos: de um lado, a questão do preconceito, citando um outro exemplo – aliás, a imprensa, nos últimos dias, tem sido pródiga nesses exemplos. Suponho que sejam notas plantadas por interesses contrariados –; de outro lado, o aparte de V. Ex^a me leva a enfatizar que, qualquer que seja o modelo econô-

mico vigente, o papel da União é fundamental como medjador e como garantidor do equilíbrio federativo. Falarei sobre o papel do Senado um pouco mais adiante.

Quero dizer a V. Ex^a que, mesmo a Organização Mundial do Comércio, que é o gerente da globalização, abre exceção clara e expressa para os incentivos que visem à correção dos desequilíbrios regionais. É, por conseguinte, até do ponto de vista internacional, legítima a aspiração e a atitude da Bancada dos Estados nordestinos.

O Sr. José Roberto Arruda – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. WALDECK ORNELAS – Tem V. Ex^a o aparte, Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda – Senador Waldeck Ornelas, em primeiro lugar, gostaria de registrar a legitimidade do pleito da Bancada que V. Ex^a integra. Em segundo lugar, gostaria de sublinhar que também concordo que é papel da União a arbitragem e, mais do que isso, a intermediação, no sentido de que esses legítimos interesses das diferentes Regiões do Brasil sejam harmonizados em torno de um interesse maior, que é o desenvolvimento econômico brasileiro como um todo. Por último, gostaria de pedir a V. Ex^a, que é um homem experiente, que tem uma longa história de vida pública, que nos ajudasse a construir, na questão automotiva, não uma história de discordâncias, de guerras fiscais entre as Regiões do País, mas, ao contrário, uma história de concordância, que começou a ser construída inclusive com a presença de V. Ex^a; semana passada, no Ministério do Desenvolvimento Regional e na Chefia da Casa Civil, com o Ministro Clóvis Carvalho. Qual é a linha de concordância? É aquela que mantém a medida provisória, os investimentos no Sudeste, mas, incontinenti, cria outros mecanismos de ação governamental capazes de levar para as regiões menos desenvolvidas novos investimentos privados, que possam alavancar essa economia regional. Estou absolutamente convencido, Senador Waldeck Ornelas, que essa linha de entendimento é a única que, como um todo, atende ao interesse nacional, porque não prejudica os investimentos que já estão chegando ao Brasil, mas, por outro lado, abre novas portas de novos investimentos, absolutamente viáveis e factíveis nas regiões menos desenvolvidas. Parabênizo V. Ex^a pela atuação neste caso.

O SR. WALDECK ORNELAS – O apelo de V. Ex^a, nobre Senador José Roberto Arruda, não apenas pela atuação pessoal, mas, pela condição de Lí-

der do Governo no Congresso, vem ao encontro do que deseja exatamente a Bancada nordestina.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – (Faz soar a campainha)

O SR. WALDECK ORNELAS – Peço a V. Ex^a que me dê um tempo para conclusão do pensamento. É evidente que o que a Bancada do Nordeste quer é que aquela Região tenha também a oportunidade de desenvolver-se tanto no setor automotivo, como no de papel e celulose, bem como em todos os setores em relação aos quais o Governo Federal venha a estabelecer uma política de incentivos.

Gostaria também, Sr. Presidente, de chamar a atenção para um artigo do colunista econômico Celso Pinto, publicado no dia 23 deste mês, sobre a análise, a aposta do Banco Mundial no ajuste fiscal dos Estados. São três os Estados identificados como já estando em situação de equilíbrio e, portanto, com credibilidade externa: o Ceará, a Bahia e o Paraná. Observem V. Ex^{as} que, desses três Estados da Federação brasileira, muito sintomaticamente, dois deles – dois terços, portanto – são Estados nordestinos.

Enquanto isso, o jornal **Gazeta Mercantil**, de sexta-feira, traz uma matéria intitulada: "Estados negociam solução para as dívidas". Os grandes Estados da Federação – Minas, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – querem renegociar sua dívida mobiliária, dividindo-a em três partes: uma parte seria refinanciada a longo prazo, entre 30 e 40 anos; outra parte seria quitada com a venda de ativos; e a terceira parte deveria ser arcada pelo Tesouro Nacional, pois alegam que a dívida cresceu basicamente por causa da política dos juros altos do Governo Federal e não da emissão de títulos.

Eu pergunto: será que a dívida contratual dos Estados mais pobres da Federação não foi também fortemente influenciada pela inflação vergonhosa com que convivíamos? Mas, no momento de renegociação da dívida contratual, não houve nenhum abatimento. O pior ainda é que afirmam que as regras de renegociação da dívida mobiliária dos Estados deverão ser fixadas em medida provisória. Não, senhores, não cabe medida provisória! Pela Constituição, art. 52, IX, trata-se de competência privativa do Senado Federal. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal tem, neste momento, constituído um grupo de trabalho, que é presidido pelo Senador Osmar Dias e relatado pelo Senador Vilson Kleinübing, exatamente para discutir as bases em que devem ser negociadas a dívida mobiliária dos Estados.

Renegociar, repactuar da forma como desejam a dívida mobiliária dos Estados mais ricos não constitui – para eles – golpe contra a União; não constitui cinismo; não é golpe de morte na Federação. Mas, para nós, é uma nova forma de concentração que se deseja no Brasil. A economia privada se concentra espontaneamente; entretanto, quer-se além e mais que isso, ou seja, que haja mais transferências da União para os Estados mais ricos do País.

Cabe à União, Sr. Presidente, mediar os conflitos na Federação – mediar é criar as regras do equilíbrio – e cabe ao Senado, como Casa dos Estados, zelar pelo equilíbrio federativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, em permuta com o Senador Eduardo Suplicy. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT – SE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a partir do início deste segundo semestre, o Senado iniciará o debate sobre a reforma da Previdência. Eu tinha a convicção – que está um pouco abalada, embora acredite que seja ainda possível – de que o Senado direcionasse o debate de matéria tão importante, que afeta milhões de brasileiros do presente e do futuro, de uma forma um pouco diferente daquela que se deu na Câmara dos Deputados; ou seja, de uma forma menos passional.

Acreditava que o Senado pudesse inclusive retomar uma experiência, que considero fundamental, que teve início na Câmara, mas que depois acabou sendo abortada por diversas incompreensões dos mais diversos partidos políticos na Câmara dos Deputados, inclusive do meu Partido. Trata-se de estabelecer um debate profundo com a sociedade brasileira em torno desse tema, com a participação das centrais sindicais, dos representantes dos trabalhadores, dos empresários, dos aposentados, no sentido de se encontrar uma linha de reforma da Previdência que garanta a continuidade da previdência pública em nosso País, que acabe com todos os privilégios – não apenas com alguns pequenos privilégios de alguns setores – e que garanta o direito adquirido, estabelecendo um prazo de transição mais dilatado do que aquele que estava colocado na reforma do Governo.

Acredito que o Senado da República tenha essa oportunidade, talvez até pela forma com que os debates se dão nesta Casa e também pelo fato de essa proposta ser diferente das outras que foram

aprovadas na Câmara dos Deputados, na medida em que o Executivo não tinha interesse em que o Senado fizesse qualquer modificação, sob a alegação de que isso atrasaria a entrada de capitais no Brasil. Isso, inclusive, acabou por se mostrar uma falácia, já que o Senado aprovou em tempo recorde todas as propostas de emenda constitucional da Ordem Econômica e até hoje não votamos a regulamentação das mesmas, a não ser uma lei mínima no caso das telecomunicações. Como nessa questão da Previdência também o Executivo tem interesse em que a matéria seja modificada – o que, portanto, fará com que, de qualquer forma, ela volte à Câmara dos Deputados –, acredito que o Senado, se quiser, tem a oportunidade de refazer, a partir do zero, essa discussão sobre a reforma da Previdência.

Infelizmente, os sinais que têm sido emitidos pela imprensa a partir da intenção do Governo não apontam nessa direção. Fala-se, por um lado, que o Governo tem interesse apenas em restabelecer alguns pontos do Relatório Michel Temer, que foram derrotados através de destaques na Câmara dos Deputados.

Se essa for a opção do Governo, acredito que estamos mal, porque também o Relatório Michel Temer, na sua proposta original, era uma colcha de retalhos e foi votado em cima da perna, a partir de emendas manuscritas, entregues na calada da noite aos Srs. Deputados, quando diversos Parlamentares não sabiam nem o que estavam votando, recheado de denúncias de fisiologismo, de trocas de votos, para aprovar aquilo que o Governo queria.

Depois, esse mesmo parecer foi ainda piorado a partir de destaques apresentados e aprovados na Câmara dos Deputados. Espero que isso não venha a acontecer, embora os sinais nessa direção sejam fortes.

Outro sinal que tem surgido e que reforça a nossa preocupação é sobre a escolha do relator desta matéria, aqui no Senado. O que tem sido divulgado é que o Governo definiria o que quer modificar, estabeleceria *a priori* o tipo de reforma que deveria sair do Senado e, a partir daí, o Parlamentar que concordasse com esse relatório – vindo pronto do Palácio do Planalto – seria, então, indicado relator e as Lideranças da base governista tentariam convencer os seus Senadores no sentido de votar favoravelmente à matéria. Assim, o projeto voltaria à Câmara dos Deputados, e depois das eleições, quando – segundo entende o Governo – os Deputados estariam menos sujeitos a pressões eleitorais, a

pressões das bases, poderia ser aprovado com mais tranqüilidade.

Espero, sinceramente, que isso não aconteça no Senado, embora reconhecendo a nossa posição de minoria, quase que insignificante nesta Casa. Mas, se o Governo quiser, possivelmente, isso vai acontecer.

Acredito ainda que haja uma massa crítica de Senadores que venha a impedir que isso aconteça. Digo isso a partir de uma iniciativa que o Senador Roberto Freire e eu tivemos, no semestre passado, de convidar o Deputado Eduardo Jorge para fazer uma exposição sobre o seu projeto de reforma da Previdência. Apesar de o convite ter sido feito na última hora e a exposição ter acontecido num horário que não era o mais propício, estiveram presentes, se não me engano, 15 Senadores dos mais diversos Partidos, que demonstraram interesse em discutir a matéria com um sinal um pouco diferente da forma como foi discutida na Câmara.

Na nossa opinião – e isso está externado no projeto de emenda constitucional do Deputado Eduardo Jorge e também no projeto "oficial" do Partido dos Trabalhadores, que foi apresentado na Câmara – é preciso se fazer uma reforma profunda da Previdência. E aí, a nosso ver, está a diferença entre a opção que consideramos a mais correta, a médio e longo prazo, e a opção que o Governo está fazendo. Nessa situação existem duas alternativas: a primeira é fazer uma reforma profunda da Previdência Social no Brasil, acabando-se com privilégios de toda e qualquer natureza, e não apenas pequenos privilégios de alguns setores, estabelecendo um regime único de previdência para todos os brasileiros, universal, que abranja trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos, civis, militares, até um teto a ser discutido – a proposta feita é de 10 salários mínimos. A partir daí, seria estabelecido um processo de previdência complementar, para quem puder ou quiser, sendo uma forma inclusive de fortalecer os fundos de pensão que, na economia capitalista contemporânea, têm sido os principais alavancadores do desenvolvimento.

Essa proposta de reforma da Previdência, profunda e radical, vai exigir, naturalmente, um prazo de transição mais dilatado para se contornar os chamados direitos adquiridos.

A outra alternativa – que foi assumida pelo Governo Federal – é fazer uma pequena reforma na Previdência, mas com um prazo de transição menor, que possa ser implantada a curto prazo. Isso pode até resolver o problema da Previdência durante este

Governo, ou, talvez, o Poder Executivo já esteja trabalhando até com a hipótese da reeleição e, dessa forma, pode até ser suficiente essa minirreforma para o Governo Fernando Henrique Cardoso, mesmo na hipótese de mais 6 anos. Mas não é a solução para a situação da Previdência Social pública em nosso País.

Quando da discussão na Câmara dos Deputados, em que o Governo foi derrotado em alguns destaques, particularmente naquele que diz respeito à aposentadoria especial para professores universitários, o Governo procurava passar a imagem de que a Oposição foi responsável pela manutenção de privilégios. Registro aqui, inclusive, que eu, particularmente – e vou lutar para que esta seja a posição da Bancada do meu Partido no Senado –, sou contra a aposentadoria especial para professores universitários.

Criticava-se também o fato de Parlamentares da Oposição serem flagrados vibrando quando derrotaram o Governo nessa questão. O problema é que a questão de Previdência na Câmara foi colocada quase como um jogo de futebol. Havia duas torcidas: a do Governo e a da Oposição. E naquele momento, naquele clima de jogo de futebol, o importante era marcar um gol contra o Governo, não interessando se foi um gol de impedimento, de mão ou um gol roubado.

Esse foi o clima reinante durante a discussão da matéria na Câmara. É falso dizer que a Oposição é a responsável pela manutenção dos privilégios da reforma, porque o parecer do Deputado Michel Temer mantinha uma série de privilégios, que a Oposição tentou derrubar na votação da Câmara, como por exemplo o privilégio de Parlamentares poderem acumular aposentadorias, ao contrário de todos os outros mortais. Houve um destaque, originário da Oposição, para tentar retirar esse privilégio, que foi derrotado. E, nesse caso, o Governo não disse que a Oposição estava mantendo privilégios.

Esses aspectos demonstram que é possível, se esta Casa não pretender apenas fazer a chancela daquilo que o Executivo quer, se o Senado da República se dispuser a discutir essa matéria a partir do zero, chamar-se novamente as centrais sindicais, os representantes da sociedade, dos empresários, dos aposentados, para procurar fazer uma reforma da Previdência, que efetivamente atenda aos interesses dos aposentados, dos trabalhadores que vão se aposentar, e aos interesses da Nação, por um prazo que seja mais do que o simples prazo de um ou de dois mandatos. Que seja uma reforma que acabe

com os privilégios, todos eles, e não se mantenha alguns pelo fato de terem uma capacidade de **lobby** maior no Congresso Nacional – cito particularmente o caso da magistratura – e que também se procure acabar com todos os privilégios, estabelecendo um sistema único para a Previdência, para todos os brasileiros, universal.

Aí sim, o Senado da República estará dando uma grande contribuição para esse debate da reforma da Previdência, reforma que a população anseia. Muitas vezes, o Governo apresenta pesquisas, como apresentou uma recentemente, feita em Brasília, cujo resultado revelou que a maioria da população aprova a reforma administrativa e a reforma previdenciária.

Ora, se eu for pesquisado por qualquer instituto com a pergunta: "Você é a favor da reforma da Previdência?", responderei que sim, porque entendo que a Previdência tem que ser reformada. Se me perguntarem se eu sou a favor da reforma administrativa, vou dizer que sim, porque creio que o Estado tem que ser reformado, tem que ser desprivatizado. Isso é diferente de perguntar se eu concordo com este ou aquele tipo de reforma da Previdência, este ou aquele tipo de reforma administrativa.

Portanto, como essa matéria chega a esta Casa sem o carimbo de urgente – como outras que têm chegado a esta Câmara – e, necessariamente, vai ser modificada – até porque o Governo assim o quer – acredito que teremos, pela primeira vez, relativamente a todos os projetos e propostas de emenda constitucional que já discutimos nesta Casa, a partir de 95, a oportunidade efetiva de realmente nos debruçarmos sobre a matéria, estabelecer amplo debate que envolva todos os Senadores, sem estabelecimento de maiorias ou minorias cristalizadas, para que o Senado da República dê essa contribuição à Nação brasileira.

Apesar de os sinais emitidos pelo Palácio do Planalto não apontarem nessa direção, ainda acredito que seja possível criarmos um debate sobre a reforma da Previdência e saímos daqui, neste segundo semestre, com um projeto que atenda aos interesses do País e aos interesses dos brasileiros, não apenas um projeto que atenda aos interesses momentâneos e passageiros do Executivo que, por sua natureza, é também momentâneo e passageiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho, por 20 minutos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sendo financista, não tendo sido diretor de banco, nem bancário, entendo pouco de transações financeiras. Sou obrigado, entretanto, pelo dever da representação, a considerar as notícias que são publicadas, sobretudo as que não são contestadas e, antes, oficialmente confirmadas.

É o caso do que está ocorrendo com o Banco do Brasil. Desde a semana passada, os jornais noticiam prejuízo do Banco do Brasil. Já há meses, tive oportunidade de tratar do assunto com a devida cautela, mas, diante da informação que então circulou, de prejuízo no exercício financeiro anterior, indagava das razões desta situação: O que estava ocorrendo com o Banco do Brasil? Por que o Banco do Brasil fechava agências? Por que o Banco do Brasil demitia funcionários?

Sugeri até que a Comissão de Fiscalização e Controle convidasse o Presidente do Banco do Brasil à prestação dos esclarecimentos necessários. Afastado que estou da Comissão não sei se tal diligência foi realizada. Como quer que seja, toma-se desnecessária indagação sobre a presença ou não do Presidente do Banco do Brasil ao Senado, em função daquelas interrogações.

Assim ocorre porque agora toda a imprensa noticia a ocorrência de grave déficit do Banco do Brasil no primeiro semestre de 1996, o que é confirmado pelo Presidente do Banco. Ora os jornais aludem a R\$7,8 bilhões, ora apontam importância maior. Sejam sete, oito ou nove bilhões, já a essa altura, importante não é indagar se foi o déficit de mais um ou mais dois bilhões, mas voltar-se à pergunta: Por que o Banco do Brasil entra nesse declínio? Por que assim ocorre, ao passo que bancos privados têm anunciado lucros, e grandes lucros?

Nas entrelinhas das notícias, as informações são de que o Banco do Brasil tem sido descapitalizado pela inadimplência de devedores diversos: dívidas da agricultura e outras dívidas que não são regularmente pagas.

Por que não o são? Porque o Banco não executa os devedores?

Deixa-se entrever, até, que essa situação de calamidade se vinha repetindo, desdobrando-se. A meia-voz, ouve-se dizer: "o prejuízo estava escondido debaixo do tapete". Quem o escondeu? Por que o escondeu? Por que a atual administração do Ban-

co, que já se encontra à frente da administração pelo menos há um ano e seis meses, que é o tempo de Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por que a administração do Banco não denunciou essa situação irregular que encontrou?

O Sr. Bernardo Cabral - Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Ouço V. Exª, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Josaphat Marinho, o que é mais grave é que esses créditos de quitação duvidosa somam R\$7,2 bilhões e não são apenas do setor rural; são também empréstimos feitos para a indústria e o comércio. Ora, sabemos que o Banco do Brasil não dá lucro desde o segundo semestre de 1994. Àquela altura, e os jornais registraram, havia um déficit de R\$85 milhões e agora, no ano passado, o prejuízo foi de R\$4,2 bilhões. Até aí, como V. Exª declara, por que não se espelhou a realidade, veja o que diz o Diretor do Banco do Brasil, textualmente: - "Não temos como fazer um lucro de oito bilhões no segundo semestre. O Banco vai dar prejuízo no exercício de 1996". Quando V. Exª, que milita, e com rara proficiência, no fórum, sabe que não havia por que se deixar isso entregue a uma indiferença, para não dizer equidistância, do Poder Judiciário. De modo que, com a autoridade que tem V. Exª para abordar esta matéria, quero dizer que tenho a impressão de que o Presidente da República, que foi colega de Senado de V. Exª e meu colega Constituinte, não poderá fazer ouvidos de mercador, dada a relevância da matéria.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - V. Exª diz muito bem. Não há como fazer ouvidos de mercador diante da gravidade desta situação. Tanto mais grave porque não é apenas o Governo que perde. Há que atentar para a situação dos acionistas particulares do Banco do Brasil. Por que hão de ter prejuízos? Por que hão de manter ações no Banco do Brasil se naturalmente elas decaem, e decaem grandemente no mercado?

O Sr. Jefferson Péres - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO - V. Exª tem o aparte, nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Peres - Senador Josaphat Marinho, V. Exª tem toda razão. Quando o executivo do Banco Barings, em Cingapura, deu um prejuízo de US\$1 bilhão ao banco, ele abalou o sistema financeiro inglês naquele país. E era um banco particular. O Banco do Brasil foi um Banco modelar, com um corpo funcional de primeira água, constituído

mediante concurso público. Pelo que se noticia, ele vem acumulando, vem disfarçando, maquiando prejuízo, na forma de créditos de difícil liquidação; portanto, vem apresentando, até 1993 ou 1994, lucros fictícios, e agora, em nome da transparência, modifica os métodos contábeis e apresenta um prejuízo brutal, nos últimos 12 meses, de mais de R\$9 bilhões. Como V. Exª disse, por que isso não foi anunciado antes, tão logo os atuais gestores tomaram conhecimento da situação? Por que isso não foi exposto à Nação em toda a sua crueza, nobre Senador Josaphat Marinho? É neste momento que lamento muito, nobre Senador Josaphat Marinho - não sei se é a opinião de V. Exª -, não vivemos num regime parlamentarista, no qual uma situação dessa, escandalosa, leva até à queda de um Governo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - V. Exª pondera, e pondera bem, sobre o escândalo dessa situação. A imprensa publica - o nobre Senador Bernardo Cabral há pouco lembrou - que, desde o semestre de 1994, o Banco do Brasil não lucra.

O Sr. Geraldo Melo - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO - Pois não.

O Sr. Geraldo Melo - Sem querer perturbar a linha de exposição de V. Exª nem entrar na questão concreta do...

O SR. JOSAPHAT MARINHO - V. Exª não perturba, esclarece.

O Sr. Geraldo Melo - Muito obrigado, nobre Senador. Eu apenas diria, como um adendo ao comentário do Senador Jefferson Péres, que, independentemente de vivermos em regime parlamentarista ou não, talvez seja o momento de cogitarmos de ampliar os mecanismos de que já dispõe o Senado, hoje encarregado, constitucionalmente, de aprovar a designação de algumas autoridades. Estranhamente, o Senado, que tem o poder de apelar do poder o Presidente da República, não pode retirar a confiança ou a aprovação que deu a autoridades de hierarquia menor. Acredito que, talvez, seja o momento de discutirmos se a responsabilidade do Senado não deveria ser ampliada para incluir todas as autoridades da área financeira do Poder Executivo, e para dar ao Senado a possibilidade de comunicar ao Presidente da República que está retirando a aprovação que deu à designação de "a" ou de "b". Talvez seja o momento de se pensar a respeito disso, já que não temos o parlamentarismo a que se referiu o Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSAPHAT MARINHO - O aparte de V. Exª merece toda a consideração de minha parte,

e a ele voltarei dentro em pouco, dentro da conclusão natural a que se deve chegar.

Mas eu dizia: alega-se que desde 1994 o Banco não lucrava. Não havia contestação. Ainda ontem, o jornalista Luís Nassif fazia esta observação, em sua coluna:

Nos últimos anos, através da manipulação de balanços, o BB empurrou situação catastrófica de inadimplência, despreocupação com custos e com a rentabilidade.

E adiante diz:

Quando um empréstimo não é pago após determinado prazo, deve ser lançado como prejuízo. Além de processo infundável de rolagem de dívidas que não seriam recebidas, o BB lançava apenas 20% dos créditos em atraso com mais de 60 dias. O restante era lançado nos 180 dias restantes, de acordo com práticas do Banco Central.

A imprensa noticia que, para confessar o seu déficit, o Banco do Brasil usou de desdobramento de valores, autorizado pelo Banco Central.

A opinião pública e os Parlamentares ficam sem ter certeza das coisas que ocorrem no Banco do Brasil.

O Sr. Lauro Campos – Nobre Senador Josaphat Marinho, permite-me um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Pois não.

O Sr. Lauro Campos – Parece-me que as coisas não podem acontecer por mera coincidência. O Senado quis cumprir as suas prerrogativas e levar a sério o seu trabalho. Para isso, tentou-se aqui constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar esses fatos, que a cada dia demonstram ser mais graves, no Sistema Financeiro Nacional. No entanto, não pudemos fazê-lo, não pudemos criar essa CPI, fomos impedidos de fazer isso. É certo que um grande número de Parlamentares, que um grande número de Senadores subscreveu esse pedido, mas forças externas, providas não sabemos de onde, impediram que isso se concretizasse. É também interessante – porque não pode ser mera coincidência – que o Banco Central, em vez de fiscalizar, deixou sem diretor a sua Carteira de Fiscalização, como se não quisesse responsabilizar diretamente alguém, por exemplo, o Diretor Mauch, que, depois, *ex post*, assumiu a direção da Carteira de Fiscalização. Depois que a porta foi arrombada, ficamos nessa situação. Neste semestre, muitos dos bancos privados apresentam 60% de lucro, o mais elevado do mundo, enquanto outros recorrem ao Proer. Dizem que o Nacional pegou dinheiro do

Proer para fazer negociata com os títulos da dívida agrária, tendo uma rentabilidade fantástica com o dinheiro emprestado do Proer a preços subsidiados. Como sempre, V. Ex^a traz a este Senado problemas de alta relevância e os trata com grande maestria. Muito obrigado.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – V. Ex^a, nobre Senador, traz argumentos próprios da sua competência no assunto.

Mas observava: a opinião pública e os Parlamentares ficam sem ter certeza do que realmente se verifica no Banco do Brasil...

O Sr. Francelino Perelra – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Francelino Perelra – Senador Josaphat Marinho, não será preciso dizer que a Nação e todos nós temos um respeito pela postura, pela palavra e pela honorabilidade de sua vida pública. Quando V. Ex^a vem à tribuna, por menor que seja o número de Senadores nesta Casa, há uma preocupação com o que V. Ex^a fala e, conseqüentemente, uma repercussão muito forte. Se V. Ex^a não imagina, todos nós temos a certeza de que o que V. Ex^a diz é sempre considerado como uma definição, como a procura de um destino, como uma denúncia ou um aplauso – um e outro merecendo aplausos de todos nós. Ora, é preciso que se examine, a contento, a situação do Banco do Brasil. Não posso compreender – e confesso a minha falta –, que se atinja uma instituição que faz parte da história desta Nação – e, quando se escrever uma história completa da vida brasileira, algumas páginas serão dedicadas ao Banco do Brasil. Ora, o Banco do Brasil passou por uma transformação muito forte. Basta dizer a V. Ex^a que todo o prestígio, toda a dimensão da instituição resultou não apenas da identificação de suas administrações com a destinação nacional como também pelo fato de que toda chamada conta movimento, ou seja, todos os recursos do Tesouro passavam liminarmente pelos cofres do Banco do Brasil, reservando este para si um pequeno percentual, que, em verdade, contribuiu, ao longo da história, para a projeção e a respeitabilidade desta Casa bancária do Brasil. Por isso mesmo é que o Banco do Brasil não pode ser confundido com uma Casa meramente contábil ou mercantil, pois sempre foi visto como uma instituição bancária, mas também como uma instituição social e política, no mais alto sentido britânico da instituição. Ora, de um momento para o outro, durante a administração Funaro, retiraram do Banco a chamada

conta movimento e nenhum centavo mais percorreu os caixas do Banco do Brasil. Nós, brasileiros, conduzimo-nos ao então Presidente da República, José Sarney, no sentido de que se voltasse para o desempenho do Banco, para a situação do País e que se procurasse um sucedâneo para a chamada conta movimento. Felizmente, o Presidente José Sarney, através de permanentes contatos de seus dirigentes, terminou por concordar e tomou a decisão histórica, transformando um Banco de atividade puramente mercantil numa instituição de certa forma, privada. Por quê? Porque o Banco do Brasil, a partir de determinado momento, no Governo Sarney, deixou de estar voltado para as suas atividades tradicionais e se transformou num banco múltiplo, passando a exercer todas e quaisquer atividades inerentes ao sistema bancário brasileiro. Foi, então, que ele encontrou as suas dificuldades, e aí vem a crise do Brasil, a transição que estamos vivendo, e o Banco está passando realmente por um momento difícil, mas conduzido por um cidadão e por uma equipe que merecem estima e respeito da sociedade brasileira, porque literalmente honestos e corretos. Esse é o testemunho que dou a V. Ex^a, no pressuposto de que tenho o dever de respeitar a opinião do nobre colega.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Senador Josaphat Marinho, peço que conclua o seu pronunciamento, porque está esgotado o seu tempo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Estou concluindo, Sr. Presidente.

Senador Francelino Pereira, em primeiro lugar, agradeço as generosas expressões iniciais de seu aparte e permita-me acentuar que foi exatamente em nome da seriedade que vim à tribuna.

Se, porventura, alguma expressão que proferi pode ser considerada atingindo o Banco do Brasil, eu a retiro, até, porque não tive qualquer intenção neste sentido. Em verdade, o que atinge o Banco do Brasil é o déficit de 9 bilhões, agora confessado. Esse é que é o problema, indicativo de que o Banco está em decadência. Se fosse uma instituição privada iria à falência.

Concordo com V. Ex^a e acrescento que a minha presença nesta tribuna é para preservar a instituição, mas ela não pode ser preservada, se, em semestres sucessivos, gera déficit e déficit crescente.

O Sr. Francelino Pereira – Louvo a preocupação de V. Ex^a, que sabe tanto quanto nós – talvez um pouco mais ou muito mais – que o sistema financeiro de qualquer país, e particularmente o do Brasil, na situação que vivemos hoje, é extremamente deli-

cado e não se pode abordar, sem aprofundamento nas questões financeiras do País, o problema, para que não se agrave mais. Qualquer declaração de um Senador da República pode e, se não pode, deveria influir no comportamento do mercado brasileiro. É claro que o fato de o Senado da República se reunir aqui, nesta tarde, e fazer uma crítica acerba à direção do Banco, à sua instituição financeira e aos seus negócios, afeta o mercado financeiro do País e, por isso mesmo, precisa ter também uma palavra de esclarecimento quanto ao comportamento dos homens públicos que dirigem aquela instituição.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Note V. Ex^a que, desde o dia 27, pelo menos, os jornais noticiam um novo déficit do Banco do Brasil. O mais elementar cuidado recomendava que, na sessão do Senado de ontem, alguém credenciado pelo Governo prestasse informações à Casa e à opinião pública.

Aguardei essa palavra. Como ela não veio, hoje ocupo a tribuna.

Disse muito bem o nobre Senador pelo Rio Grande do Norte: se estivéssemos no regime parlamentar, os esclarecimentos seriam obtidos rapidamente, porque, sendo o Governo uma projeção do Congresso, seria imperiosa a urgência dos esclarecimentos.

Estamos em um regime presidencial. Se o Governo, de pronto, como lhe cumpre, prestasse as informações, não estaríamos fazendo aqui as indagações. E, atente V. Ex^a, tenho feito mais indagações do que afirmações.

Ficaria imensamente satisfeito, já que o regime não é parlamentar e os esclarecimentos não são imediatos, se amanhã V. Ex^a, por exemplo, que já foi, se não me engano, diretor do Banco do Brasil,...

O Sr. Francelino Pereira – Não.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – ... tivesse a oportunidade – que lhe proporcionasse o Governo – de trazer a esta Casa plenas informações sobre a razão do déficit.

Não estou ainda julgando. Nem sequer fiz a pergunta que todo mundo está fazendo: qual será o destino do Presidente do Banco do Brasil, depois de dois ou três déficits sucessivos? Como justifica o Governo a sua presença?

São esses dados que o Governo poderia mandar ao Congresso por intermédio de um de seus Líderes. São esses dados que eu e certamente a Casa, todos, esperamos. Se não vierem, evidentemente que outras providências cabem ao Senado,

cabem ao Congresso, para clareza da situação que se impõe ao funcionamento do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Peres.

É lido o seguinte :

REQUERIMENTO Nº 736, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 49, inciso X, e 50 da Constituição Federal combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1) Cópia da relação das pessoas físicas e jurídicas cuja inadimplência contribuiu para que o Banco do Brasil apresentasse, no seu balanço relativo ao 1º semestre de 1996, um prejuízo de cerca de R\$7,780 bilhões, detalhando seus nomes ou razão social, ramo de atividade, datas das concessões dos créditos, seus valores atualizados e as garantias constituídas por cada um.

2) Cópia dos relatórios técnicos que justificaram a autorização para concessão das operações dos 50 maiores devedores inadimplentes.

3) Que providências o Banco do Brasil está adotando com vistas a recuperar os créditos inadimplentes? As garantias solicitadas não foram suficientes para que o Banco do Brasil pudesse resguardar a sua posição?

4) Que providências o Banco do Brasil está adotando em relação às pessoas que autorizaram tais operações?

Justificação

O Banco do Brasil anunciou ontem que o Balanço da instituição, referente ao 1º semestre de 1996, acusou um prejuízo recorde da ordem de R\$7,780 bilhões, significativamente superior ao prejuízo de R\$4,2 bilhões apurado no ano 1995. Em abril passado, a instituição recebeu um aporte de capital do Tesouro Nacional de R\$8 bilhões.

Dada a natureza pública da instituição, o fato de seu acionista maior ser o Tesouro Nacional, e que este resultado acaba tendo forte impacto sobre as finanças do governo, faz-se necessário que o Senado Federal seja informado sobre a qualidade das operações de crédito que tem caracterizado a vida do Banco do Brasil, as garantias que tem sido oferecidas pelos seus clientes, os critérios para concessão de créditos e as providências relativas à respon-

sabilização dos que tomaram decisões que possam ter contribuído para os resultados apresentados.

Sala das Sessões, 30 de julho de 1996. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.511, adotada em 25 de julho de 1996 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
Jáder Barbalho	Nabor Júnior
Ronaldo Cunha Lima	Gerson Camata
	PFL
Bernardo Cabral	Romero Jucá
Odacir Soares	Jonas Pinheiro
	PSDB
Sérgio Machado	Geraldo Melo
	PT
Marina Silva	Benedita da Silva
	PTB
Valmir Campelo	Emília Fernandes

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL/PTB)
Murilo Pinheiro	Osmir Lima
Vic Pires Franco	Rogério Silva
	Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)
Michel Temer	Geddel Vieira Lima

Bloco (PPB/PL)

Odelmo Leão	Gerson Peres
	PSDB
Celso Russomanno	Luiz Fernando
	PMN
Bosco França	Melquíades Neto
	PT
Sandra Starling	Nilmário Miranda

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 30-7-96 – designação da Comissão Mista

Dia 31-7-96 – instalação da Comissão Mista

Até 31-7-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 9-8-96 – prazo final da Comissão Mista

Até 24-8-96 – prazo no Congresso Nacional

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra, na forma regimental, para uma breve comunicação, com permissão dos eminentes Senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Por cinco minutos, tem a palavra o nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, o assunto é de grande importância uma vez que diz respeito ao nosso eminente Senador Darcy Ribeiro.

O Ministro da Educação convida todos os Srs. Senadores para uma solenidade amanhã, às 14h30min, no auditório do edifício sede do MEC quando será entregue o Prêmio Interamericano de Educação Andres Bello 1995 a esse grande colega, a esse estimado companheiro que é Darcy Ribeiro.

Não vou aqui traçar o perfil de Darcy Ribeiro, mas não sendo do seu partido, não integrando as hostes partidárias, nem por isso deixando de ser seu admirador, poderia eu enveredar pelo caminho simples da apologia, do elogio, quando o que quero é transformar isso em sinônimo de sinceridade. O construtor da Universidade de Brasília, e eu aqui cheguei mal tinha sido inaugurada, antropólogo, merece todos os elogios dos que militam nessa área, mas quero me fixar na sua atuação aqui no Senado.

Darcy Ribeiro tem sido um verdadeiro combatente, quem acompanhou nas comissões mistas o seu trabalho, abatido pela doença que não conse-

que se superar ao seu destemor, viu o que foi a sua luta pela aprovação da Lei de Diretrizes e Base. Ainda agora está a anunciar que lançará, na próxima Bienal do Livro o seu trabalho: "Diários Índios".

Ora, Sr. Presidente, amanhã é, portanto, um dia de festa para o Senado. Não há como deixar de se reconhecer que a figura de Darcy Ribeiro merece respeito, admiração e estima dos seus companheiros.

Quero dizer a V. Ex^a, apesar de ser o segundo orador inscrito, que talvez não esteja amanhã no horário previsto, porque quero render as minhas homenagens ao estimado Darcy Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva, por 20 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje gostaria de enfocar o tema: Pequenas empresas grandes negócios.

Tenho acompanhado a luta do Sebrae e, também, a luta nacional das pequenas e médias empresas que têm encontrado dificuldade, e o projeto que ora tramita no Congresso Nacional – já que aprovado pelo Senado, foi à Câmara dos Deputados – pertinente a esta matéria, tem merecido de minha parte uma atenção política de acompanhamento com manifestação e também com debates no meu estado, o Estado do Rio de Janeiro.

Mas, fiz como o nosso Senador Josaphat Marinho, que desde ontem tem visto as notícias e tem se interrogado desta tribuna. Ontem, S. Ex^a falava do "Sivanzinho", reportando-se a uma notícia jornalística; hoje, S. Ex^a fala com relação ao Banco do Brasil, reportando-se às notícias televisivas e jornalísticas. Também estou usando hoje a tribuna em razão de notícias veiculadas em nossos jornais e televisões.

Pretendo abordar dois assuntos, nos quais deverei ser breve, mas, ao mesmo tempo, contundente.

O primeiro diz respeito aos Jogos Olímpicos. Eu mesma, desta tribuna, já fiz inúmeros discursos sobre o assunto; porém, não abordei o outro lado do que está acontecendo nas Olimpíadas.

Tomamos conhecimento da bomba no parque de Atlanta. Lá estavam brasileiros e povos de todos os continentes. Não enfatizamos, não debatemos, não discutimos verdadeiramente a respeito desse clima de tensão que observamos. Os Estados Unidos, em que pese toda a sua potência e preocupação a respeito, tiveram que reforçar a segurança com mais de 10 mil homens; após esse episódio,

passaram a fazer revistas e colocar barreiras policiais, porque tinham ficado vulneráveis. Toda a segurança foi pouca para impedir esse ato.

Sabemos que nenhum grupo terrorista assumiu o atentado. Fiquei pensando: quem estaria interessado em cometer tal ato terrorista durante a realização das Olimpíadas? Imaginei, independentemente da notícia, que poderia ter sido alguma pessoa ou algum grupo, inclusive dos Estados Unidos, que não desejava, de forma nenhuma, que ali pudessem participar ou ter êxito países como Cuba ou mesmo os atletas negros, que, mais uma vez, colocam no esporte toda a sua energia e a sua cultura, fazendo dessa ocasião uma oportunidade de reconhecimento da sua capacidade. Vi na televisão e li nos jornais que já se tem conhecimento de que não foi nenhum grupo terrorista da Europa, mas pessoas ou grupos dos Estados Unidos. Ainda não se apurou, mas imagino, repito, que estejam insatisfeitos com o sucesso de países como Cuba e outros, ou dos negros.

Em relação ao ocorrido com o avião da TWA, ainda estão buscando saber se o ato terrorista que matou mais de 200 pessoas está associado à ação da bomba no parque de Atlanta.

Observando tudo isso, preocupe-me, porque também vi na **Rede Globo**, no programa "Fantástico", um repórter, com uma simulação de uma bomba de explosivo em sua bagagem, viajar sem ser revisado, não tendo sido a bomba detectada. Se a mesma fosse verdadeira, ocorreria situação semelhante à do avião da TWA e à do parque de Atlanta.

Às vezes, não damos importância a fatos como o ocorrido com o avião do Presidente da República.

Aqui, no Senado Federal, ouvi alguém dizer que o avião no qual o nosso Presidente viaja é uma tremenda sucata. Não nos preocupou, dos pontos de vista humano e político, dar segurança ao Presidente da República; ficamos esperando que mais uma tragédia aconteça. Também não vimos aprofundar o debate sobre a possibilidade e o erro terrível de ter-se batido no avião do Presidente da República.

Essas notícias veiculadas em nossos jornais chamaram-me a atenção para ocupar a tribuna e fazer um alerta para todos nós dos riscos que também estamos correndo quando não garantimos a segurança necessária, seja nos aeroportos, no trânsito de uma cidade, de um lugar para outro, num estádio ou num local de grandes aglomerações.

O Sr. Lauro Campos – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Nobre Senadora Benedita da Silva, quando V. Ex^a iniciou a sua oração focalizou a sua preocupação e a sua análise sobre a questão das médias, pequenas e miniempresas. Retirei-me do plenário para buscar um livro escrito por Itiro Iida, um japonês, que se chama "Pequena e Média Empresa no Japão". O capitalismo no Japão desenvolve-se como um exemplo, em termos de produtividade e de eficiência, para o resto do mundo. O livro mostra como esse modelo – gerado a partir de 1868, no Japão, que culmina com as grandes empresas englobadas nos **keiretsu** – consegue manter, na base de sua vitalidade, de sua dinâmica, de um verdadeiro processo de valorização dos elementos da natureza, tão escassos no Japão, uma verdadeira alquimia, que transforma em ouro materiais menos nobres; vende a preço de ouro equipamentos médicos e minimáquinas, instrumentos que, confrontados com o ouro, em termos de peso, talvez valham mais do que o próprio ouro. Uma verdadeira alquimia foi feita, portanto, na economia do Japão. Nessa obra, vemos que essas empresas dependem, em grande parte, e continuam ligadas às pequenas e médias empresas, a subcontratantes de primeiro nível, as subcontratantes de segundo nível e as subcontratantes flutuantes. De modo que, no Japão, um grande número de oportunidade de trabalho está localizado justamente nessas pequenas, médias e miniempresas, algumas delas guardando, ainda, aquela forma de organização quase domiciliar, onde se executa o trabalho paciente de montar aqueles instrumentos pequenos, aqueles **chips**, aqueles componentes de aparelhos de precisão. Portanto, conseguem desenvolver-se, criando hiperemprego, ao contrário de uma economia como a brasileira. Por exemplo, em São Paulo, o capital concentra-se de um lado e, do outro, o desemprego está em torno de 16.2%. Em relação a essa necessidade de se incentivar e de se formar uma base com as pequenas, médias e miniempresas no Brasil, congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a e, sem dúvida nenhuma, voltarei à tribuna para respaldar as iniciativas tomadas, pelo Senado Federal, na aprovação do Estatuto da pequena e média empresas.

Ontem, nesta Casa, o Senador Bernardo Cabral – o qual tive o prazer de apartear – falava a respeito da indústria têxtil. Reconhecemos que a indústria têxtil está no rol das chamadas pequenas e médias empresas, que têm garantido a utilização de mão-de-obra no País, sobretudo no Estado do Rio

de Janeiro, onde absorve, em grande parte, a mão-de-obra feminina. Neste momento, a indústria têxtil está em um processo decadente, já que não recebe incentivos governamentais.

Sabemos, sem querer fazer uma guerra entre grande, médio e pequeno empresários, que esses não têm recebido uma especial atenção, haja vista a celeuma, a discussão que agora existe de que é impossível dar-lhes os incentivos necessários, o que ocasionaria grandes gastos.

O Governo não está atento a isso. Como bem coloca V. Ex^a: se deu certo no Japão, é copiar aquilo que, verdadeiramente, funciona nos moldes do capitalismo. Se deu certo lá, por que não aqui? Assim, teríamos relevante participação de mão-de-obra nesse setor, que entendo ser de grande importância.

Outro assunto me trouxe à tribuna. A **Folha de S. Paulo** fez uma matéria, proveniente da sucursal do Rio de Janeiro, em que estampa a seguinte manchete: Juiz convoca Jatene a dar depoimento. O que se observa é que a Justiça do Rio de Janeiro convocou o Ministro Adib Jatene para depor como testemunha de defesa do médico Eduardo Espínola. Para quem se esqueceu, ou não sabe, é o sócio da Clínica Santa Genoveva. O Juiz da 28ª Vara Criminal enviou para a Justiça de Brasília a ordem para que S. Ex^a seja ouvido no dia 25 de outubro.

Espero que, antes disso, como Presidente da Comissão designada para acompanhar os atos e desdobramentos das denúncias envolvendo a Clínica Santa Genoveva e demais clínicas geriátricas do Rio de Janeiro, possa haver outra convocação para que o Ministro Adib Jatene compareça a mais uma audiência pública – para o que, desde já, aproveito a oportunidade para convidar os Srs. Senadores -, porque o que está dito aqui não faz sentido. S. Ex^a teve oportunidade de prestar depoimento a essa Comissão em seu primeiro dia de instalação. No entanto, o que foi declarado não condiz com o que foi publicado.

O advogado de Espínola, Clóvis, incluiu o nome de Adib Jatene como testemunha. Ele alega que o Ministro, em entrevista à emissora de televisão, disse que os pacientes da clínica estavam sendo atendidos. Mas claro que estavam. Primeiro atendimento aos pacientes: não saíam da clínica. Todos estavam dentro da clínica e sendo "atendidos".

Segundo o advogado, a defesa guarda cópias de vídeo em que o Ministro declara que nesse tipo de hospital é normal morrerem 30 a 40 pacientes por mês. Quero crer que ele tenha dito que acontecem, mas não naturalmente, mortes consecutivas nessas

clínicas por conta da falta de atendimento aos pacientes, porque não pode ser pura e simplesmente por questão de idade. Mais adiante diz o seguinte:

"Jatene já teria dito também que as mortes foram causadas por doenças graves e não por maus tratos aos pacientes."

Estive na Santa Genoveva. Participei de toda a diligência feita. Vi os pacientes de Santa Genoveva abandonados. contei um caso aqui, estarrecedor, de alguém que entrou com duas pernas e saiu sem as mesmas, sem ter absolutamente nada. Há pessoas que ainda estão vivas como testemunhas do tratamento que estava sendo feito na Casa Santa Genoveva. Sabemos também que foi feito um requerimento ao Ministro Adib Jatene, no sentido de serem prestadas informações no que diz respeito aos atendimentos, aos óbitos, aos convênios com o SUS. Todavia, já é a segunda vez que venho a esta tribuna para dizer que, até agora, muito antes de se constituir essa Comissão Parlamentar, o Ministério da Saúde não respondeu aos requerimentos de informação.

Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para o fato de que não podemos apenas ler nos jornais e ignorar essa situação, quando sabemos que, nesta Casa, há uma comissão que está com uma diligência marcada para a semana que vem, no Rio de Janeiro. Trata-se de uma audiência pública. Irfamos mesmo ao presídio, à cadeia, para que pudessem prestar esclarecimentos. Sábado, cinco indiciados foram libertados. O juiz entendeu que eles não vão fugir, coagir testemunhas ou prejudicar a ordem. Portanto, eles estão aí e a Comissão terá que buscá-los, caçá-los, já que essa Comissão não está investida de autoridade para trazê-los para depor.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, poderíamos, por intermédio do requerimento de informação feito ao Ministro da Saúde, solicitar a convocação do Ministro Adib Jatene e dos indiciados no caso das clínicas do Rio de Janeiro à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, para prestarem depoimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo por 20 minutos.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, penso que

esta tribuna é o local onde as ansiedades e as inquietações dos que receberam do povo brasileiro o privilégio de ocupar uma cadeira no Senado Federal devem ser expostas e partilhadas com os demais.

Por isso, há alguns dias, diante de reflexões que foram feitas, inclusive por V. Ex^a, discutindo o relatório do Banco Mundial, dividiu-se o nosso País em alguns brasis.

Hoje, pensei que me deveria debruçar sobre alguns dados da nossa realidade econômica, para dar continuidade a um debate iniciado por V. Ex^a, com a altitude habitual. Entretanto, sinto-me na obrigação de retificar a estrutura da exposição que faria, em face de três aspectos.

O primeiro, Sr. Presidente, seria um certo sentimento de indignação. Sou um democrata sincero e, como tenho dito freqüentemente, não acredito em democracia sem Congresso. Penso que, além da nossa fidelidade, da nossa adesão e do nosso respeito a ele, é preciso criar no País, nas instituições e em todas as autoridades, uma atitude reverencial não em relação aos Parlamentares, mas ao Parlamento.

Ao chegar hoje ao Senado, vi – permita-me a expressão – essa "geringonça" que está sendo armada em frente ao Congresso Nacional. Disseram-me que aquele seria o território escolhido para se fazer um carnaval em Brasília. Fico me perguntando se, no caso de haver um carnaval temporão em Londres, alguém se atreveria a fazê-lo na porta do Parlamento inglês. Ou seria diante do prédio do Congresso americano o local escolhido para esse tipo de festa?

Não sou parlamentar em Brasília; sou parlamentar no Brasil. E, diante disso, entendo que não somos apenas nós que merecemos ser criticados. É faço aqui uma indagação: se se deseja a democracia neste País e se se deseja o Congresso, é assim que autoridades devem expressar o seu respeito pelo Congresso Nacional?

O segundo ponto que gostaria de abordar relaciona-se com o discurso do Senador Waldeck Ometas e, na realidade, termina perpassando o pronunciamento do Senador Josaphat Marinho.

Sr. Presidente, confesso que estou ficando preocupado ao ver como, de repente, tornam-se emocionais as discussões no País.

A questão nordestina não nasceu agora, como sabemos. Entretanto, de vez em quando, ela é tratada à luz de hipóteses falsas e que não interessam ao Brasil. Parece até que, tratando-se do desenvolvimento das regiões economicamente mais deprimi-

das, isso seria algo capaz de se opor aos interesses do Centro-Sul do País. Como se São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná fossem prejudicados no momento em que se tornasse florescente todo esse resto do Brasil, formado pelo Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O que li em jornais serenos, respeitáveis, responsáveis, como o editorial do **Estadão**, sobre essas medidas anunciadas para favorecer a instalação de uma montadora de automóveis no Nordeste, não pode ser ignorância, porque o **Estadão** não é ignorante; não pode ser má-fé, porque se trata de uma instituição jornalística com sinceras, evidentes e reiteradas demonstrações de interesse no futuro do País. Mas não posso saber do que se trata.

Na realidade, Sr. Presidente, até o final da década de 50, quando um jovem economista, Celso Furtado, escreveu o documento "Diagnóstico Preliminar da Economia do Nordeste", o Nordeste era tido como uma Região problema. Mas o seu problema era limitado à questão da água – foi a fase hídrica da questão nordestina.

Criou-se um conjunto de teses, por trás de iniciativas concretas, voltadas para desencadear uma briga da sociedade, do Governo, do Estado brasileiro com a natureza. Por quê? Porque era desconfortável ter uma seca e, por isso, era preciso acabar com ela. É como se, na Europa, Sr. Presidente, não sendo muito favorável o período de neve, fossem criadas organizações para acabar com o inverno.

No Nordeste, a luta começou contra a realidade ambiental. A primeira instituição criada chamava-se Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Estava declarada a guerra naquele momento. Essa Inspetoria Federal foi substituída pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que existe até hoje, com enormes e relevantes serviços prestados àquela Região. A grande mudança consistiu em revelar o óbvio. Aquela Região, cujo suporte físico mostrava escassez de água, era, na verdade, uma região com fisionomia própria e com problemas comuns a um grande sistema econômico. O que se queria dizer é que o Nordeste, com aquele espaço físico imenso, com toda a população que tinha então, não poderia ser encarado pelo País como uma região onde, resolvido o problema da seca, estaria tudo resolvido. Tratava-se de um sistema econômico que requeria uma política econômica compatível com aquela realidade. E, se isso fosse feito, ampliar-se-iam a renda da população do Nordeste e as dimensões do seu mercado, que era, como é, como sempre foi e como continuará sendo, se Deus qui-

ser. Digo assim porque sou daqueles que defendem a preservação da unidade nacional, um mercado cativo de São Paulo, um mercado cativo das zonas afluentes e mais industrializadas do centro-sul do País.

O que estou querendo dizer com isso é que não existe conflito de interesses entre a prosperidade das regiões deprimidas e o futuro, a estabilidade, a economia das regiões mais prósperas. Esse confronto é uma visão deformada, antiquada, anacrônica, desinformada de uma realidade falsamente incutida na cabeça da maioria de pessoas muito responsáveis.

O desenvolvimento do Nordeste interessa aos nordestinos, claro! Mas o desenvolvimento dos nordestinos é que os reterá lá, para que não continuem transformando São Paulo na imensa favela em que se transformou, para que a pressão das migrações internas não desfaça, não desorganize totalmente a vida nas áreas mais ricas, para que a busca pelo emprego não continue levando multidões para as grandes cidades, que são cidades que precisam receber as multidões, é certo, mas que precisam, acima de tudo, de ter condições de gerenciar a sua prosperidade sem tumultos.

Portanto, queria trazer a minha contribuição quanto a isso, na direção de que precisamos tirar o componente emocional e colocar nessa discussão, acima de tudo, um componente racional.

O Sr. Lauro Campos - Senador Geraldo Melo, V. Exª me concede um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Ouço com prazer V. Exª.

O Sr. Lauro Campos – Nobre Senador Geraldo Melo, o discurso de V. Exª e sua referência ao professor Celso Furtado trazem à memória aqueles fatos dos anos 50, que presenciei com curiosidade, preocupação e interesse. Realmente, quando Celso Furtado apresentou a Juscelino Kubitschek a idéia inovadora de que o Nordeste poderia ser a solução e não o problema, poderia ser visto como um novo campo no Brasil para investimentos e que fez passar da fase que V. Exª muito bem denomina de fase hídrica para a seguinte, vimos uma série de instrumentos serem conduzidos na tentativa de pelo menos trazer o nível de vida, a renda **per capita** e o processo de industrialização do Nordeste para mais próximo daquele que estava sendo verificado, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Naquela ocasião, Celso Furtado preparava, entre outros estímulos, aquele que permitia que uma parte do Imposto de Renda, através da Lei nº 157...

O SR. GERALDO MELO – Era o 3418, como se chamava naquele tempo.

O Sr. Lauro Campos – Agradeço a V. Exª a lembrança. Acontece que realmente o próprio Professor Celso Furtado – e agora minha memória não me falha – na página 47 de um livro chamado "Perspectivas do Crescimento Econômico", publicado pela Editora ISEB, em 1957, faz uma afirmativa que realmente sempre me pareceu preocupante: a de que o problema econômico do Nordeste tinha solução no próprio Nordeste e que esse problema existia devido ao fato de a taxa de natalidade ser muito elevada, o que produzia uma oferta abundante de mão-de-obra, que fazia com que os salários baixassem. Continuava dizendo que a solução do Nordeste estaria, portanto, nos salários monetários que ganhavam os trabalhadores nordestinos. Falava em redução de salário monetário e não em salário real e nem em salário nominal. Foi por aí também que se criou o salário diferenciado por regiões, sendo que os salários do Nordeste eram inferiores aos de diversas outras regiões do Brasil, o que me parece ter sido uma tentativa equivocada de atrair para lá capital para que a mão-de-obra barata pudesse reduzir o hoje chamado custo Brasil. No entanto, o que vimos foi que aquele salário baixo em relação ao de São Paulo e do Rio causou uma grande emigração da mão-de-obra do Nordeste à procura de salários mais elevados no Sul. Parece-me, portanto, que o problema não foi resolvido por meio daquelas soluções alvitradas pelo Ministro Celso Furtado. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MELO – Agradeço a intervenção de V. Exª e louvo a sua prudência pela ressalva de que poderia estar equivocado. Até me atreveria a supor, Senador Lauro Campos, que V. Exª esteja equivocado em parte, porque eu, durante algum tempo da minha vida, até que me vangloriava de ser uma pessoa que conhecia razoavelmente bem a obra do Professor Celso Furtado. Trabalhei com S. Exª, fui técnico da primeira equipe da Sudene no Nordeste, fui diretor da sua assessoria técnica, coordenador da elaboração do seu primeiro plano diretor de desenvolvimento regional e coordenador do acompanhamento da execução desse plano. A estratégia que se traçava para a região naquele momento não tinha nada a ver com isso. O que se pretendia era um modelo que foi, na verdade, vitorioso.

Se hoje se fizer uma avaliação do que custou à sociedade brasileira o conjunto de incentivos oferecidos ao Nordeste e se procurar ver quais foram os resultados conseguidos, diria a V. Exª apenas que há um trabalho do Senador Beni Veras com um levan-

tamento muito minucioso e muito criterioso a esse respeito; nele, S. Ex^a demonstra que os recursos do Finor, destinados ao Nordeste ao longo de 30 anos, atingem aproximadamente US\$11 bilhões. Esses são os recursos totais destinados à região, com o qual muito se fez. Cito apenas uma coisa: somente o Pólo Petroquímico de Camaçari, na região da Grande Salvador, vale mais do que os US\$11 bilhões destinados ao Nordeste em 30 anos.

Eu lhe falo com a autoridade de quem é do PSDB, de quem é amigo do Governador Mário Covas e compreende o drama que S. Ex^a herdou em relação ao Banespa. S. Ex^a votou a favor do apoio financeiro que acaba de ser dado a esse banco. Enquanto o Nordeste recebeu US\$11 bilhões em 30 anos, aquela solução dada ao problema do Banespa envolveu uma soma de US\$17 bilhões.

É insustentável que se possa dizer e que ainda se possa admitir que algum jornal sério deste País permita que alguém escreva que a questão nordestina, tratada em termos diferenciais, é contra a União.

Senador Lauro Campos, noto que V. Ex^a deseja voltar a interferir, mas tenho receio da severidade do nosso Presidente. Espero que hoje S. Ex^a não esteja muito rigoroso em relação ao tempo.

O Sr. Lauro Campos – Garanto a V. Ex^a que serei breve.

O SR. GERALDO MELO – Senador Lauro Campos, estou fazendo a referência, porque não quero perder a oportunidade de ouvir V. Ex^a, mas também não gostaria de perder a chance de concluir a exposição que vim fazer aqui.

Mas ouço V. Ex^a novamente com muito prazer.

O Sr. Lauro Campos - Senador Geraldo Melo, em relação à questão da memória, volto a repetir o que Celso Furtado escreveu, aquilo que coloquei entre aspas, que não são palavras minhas, mas dele, e que se encontram na página 47 do livro "Perspectivas do Crescimento Econômico", de 1957. Lamento que S. Ex^a tenha escrito o que escreveu e que eu tenha que utilizar minha memória para reproduzir aqui, *ipsis litteris*, o que ele infelizmente escreveu.

O SR. GERALDO MELO – Senador Lauro Campos, queria apenas dizer que, quando falei no equívoco, falei na conexão entre isso e o programa de desenvolvimento regional que Celso Furtado efetivamente propôs.

Há um ponto que elucida essa questão, que é o seguinte: V. Ex^a acaba de dizer que está fazendo citação de um livro do Professor Celso Furtado escrito em 1957. Portanto, o programa de desenvolvi-

mento a que nos referimos surgiu no bojo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, denominado Codeno, que promoveu a elaboração, por Celso Furtado, do relatório que citei, que se chama "Diagnóstico Preliminar da Economia do Nordeste".

Vamos ao ponto: V. Ex^a referiu-se a uma obra de 1957. O "Diagnóstico Preliminar da Economia do Nordeste" é de 1959. Nesse ano, foi aprovada pelo Congresso Nacional a lei que instituiu a Sudene. A Sudene foi instalada em 1960; portanto, estamos falando de contextos diferentes, de documentos diferentes, de propostas diferentes e foi nesse sentido que eu quis fazer a correção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O tempo de V. Ex^a já está esgotado.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, não fiz nenhuma das referências que gostaria de ter feito em relação às observações de V. Ex^a em seu discurso anterior. Queria apenas dizer que, em face da advertência de V. Ex^a com relação ao tempo, terei que molestar o Senado novamente, inscrevendo-me para falar mais uma vez oportunamente.

Mas, Sr. Presidente, talvez estejamos sendo severos demais com o Brasil e com o povo brasileiro. Hoje, a partir do relatório do Banco Mundial, do relatório das Nações Unidas sobre o Brasil, um relatório que comporta uma imensa discussão e uma séria crítica, olhamos para o nosso País como se as duas ou três últimas gerações houvessem fracassado.

Tinha trazido aqui alguns dados em torno dos quais eu queria fazer este discurso. Vou ler os dados e fica o discurso para depois, Sr. Presidente. Tomei o ano de 1955 como referência inicial para compará-lo com o de 1995.

O que fizemos do Brasil em 40 anos? De que foi capaz o povo brasileiro em 40 anos?

Alguns dados posso dizer que são importantes. Em 1955, a população do Brasil não atingia 59 milhões de habitantes; hoje, está acima de 155 milhões de habitantes. Isto quer dizer que a população do Brasil, grosso modo, triplicou. O PIB nacional, em 1955, era de US\$10.878 bilhões para uma população, como já disse, da ordem de 58 milhões. A renda **per capita** do povo brasileiro, naquela época, era de US\$186,00.

Nesses quarenta anos, a população aumentou três vezes, mas o nosso PIB passou de US\$10 bilhões para US\$673 bilhões, ou seja, aumentou 62 vezes, para um aumento de três vezes na população, o que significa que a renda **per capita** do brasileiro saiu de US\$186,00 para US\$4.322,00 nos dias de hoje. De forma que o que fizemos, nesse perío-

do, foi transformar um país essencialmente agrícola no que ele é hoje: um país com desigualdades, injustiças e multidões miseráveis. Mas, indiscutivelmente, Sr. Presidente, este não é o País mais miserável do mundo, nem este é o povo mais incompetente do mundo, e nem podemos nos cercar do desespero com que se procura desenhar o quadro da nossa realidade.

Precisamos ser capazes agora – o mesmo povo que em 40 anos realizou o que acabo de dizer – de fazer com que esses números cheguem à casa de todo o povo de forma mais justa e de forma mais uniforme.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira por 20 minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, comunico à Casa que, enfrentando alguns obstáculos, afinal tive a oportunidade de marcar, para o próximo dia 6, às 9h, a realização de uma reunião – talvez a última – da Comissão Especial que trata da elaboração do Código de Trânsito, a fim de examinar as 209 emendas que finalmente foram apresentadas ao aludido projeto do Código.

Essa reunião já será na semana de sessões deliberativas e, conseqüentemente, não estaremos criando dificuldades à liberdade dos Srs. Senadores no exercício de suas funções públicas e atividades políticas.

Portanto, quero deixar bem claro que, no próximo dia 6, terça-feira, às 9h, reunir-se-á a Comissão Especial de Elaboração do Código de Trânsito, a fim de discutir e votar o parecer do Relator sobre as 209 emendas que finalmente foram apresentadas a essa proposição.

No momento, Sr. Presidente, quero manifestar minha estranheza ou minha inconformidade diante das informações de que estaria havendo entendimento entre as Lideranças políticas no sentido de transferir-se para o próximo mês de agosto ou para o segundo semestre propriamente dito a discussão e votação do novo Código Brasileiro de Trânsito. Esse entendimento teria resultado da necessidade de os Parlamentares se dedicarem de forma mais intensa às eleições municipais deste ano.

Não se pode compreender que uma matéria dessa natureza tenha sua apreciação postergada sob o argumento da realização do pleito de outubro

próximo. Afinal de contas, trata-se de um projeto que interessa a toda sociedade brasileira, aos 150 milhões de brasileiros. É uma matéria que, pela sua importância, ocupa grandes espaços na Imprensa e sua votação é aguardada pelo povo desta Nação. Manifesto a minha estranheza diante dessa notícia.

Informo que, no próximo dia 6, haverá reunião da Comissão que elabora o Código Brasileiro de Trânsito. Estou na expectativa de que, provavelmente, no dia 15 – sugestão nossa -, sejam realizadas sessões, uma extraordinária, pela manhã, e outra regimental, à tarde, para votarmos conclusivamente o referido projeto para que a matéria possa ser enviada à Câmara dos Deputados. Com isso, desaparecerá a informação, ou o desejo de alguns, em transferir para o final do ano a votação desse projeto naquela Casa Legislativa e, conseqüentemente, o novo Código não seria objeto de sanção presidencial ainda neste ano de 1996.

Esse esclarecimento era necessário visto que, do projeto inicial que estamos apreciando no Senado, constam 340 artigos e mais de mil textos para serem analisados. Acredito que representa um passo importante e decisivo no conceito da opinião pública em relação à nossa atividade parlamentar que votemos logo mais esse importante projeto para o Brasil.

Sr. Presidente, desejo também fazer algumas observações destinadas a tranquilizar as lideranças políticas e o povo dos novos municípios brasileiros, que ainda hoje manifestam preocupação diante da tramitação de projetos, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado, que dizem respeito à criação de novos municípios.

Como sabe V. Ex^a, o Senhor Presidente da República, por intermédio da Emenda Constitucional nº 297, de 1995, repete nesta emenda o texto do § 4º do art. 18 da Constituição e nele introduz algumas alterações, inclusive para vedar a criação, a incorporação, a fusão ou desmembramento de municípios.

Essa suspensão se aplicaria também aos municípios que, embora criados, incorporados, fundidos ou desmembrados em decorrência do preceito de Constituição do Estado ou de lei estadual em vigor, não tenham realizado eleições para os respectivos Estados.

Esse dispositivo da Emenda Constitucional do Poder Executivo ainda persiste e permite a interpretação de que até mesmo as eleições já marcadas para os municípios recentemente criados poderiam não se realizar em virtude dessa iniciativa do Poder Executivo.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, estamos aqui para tratar desse assunto e dizer que não há mais como investir no adiamento dessas eleições ou mesmo retroceder. As eleições em municípios novos – sem que se discuta a sua conveniência – serão realizadas, definitivamente, no dia 3 de outubro, simultaneamente com as eleições em todos os municípios brasileiros.

Estamos nos aproximando das eleições municipais de 03 de outubro, um espetáculo democrático que mobilizará milhões de brasileiros, nas cidades e nos campos, em torno dos problemas mais candentes das municipalidades.

As coligações se, por um lado, revelam a fragmentação partidária existente no País; por outro, propiciam o surgimento de novas lideranças locais, todas agora empenhadas nas campanhas eleitorais, precedidas de articulação entre as diversas siglas.

Claro que essa experiência dentro de algum tempo chegará à exaustão, pois, em verdade, o sistema democrático somente se fortalece e se consolida num quadro de partidos sólidos, consistente e de expressão nacional – base de sustentação da democracia.

O objetivo está em que o Brasil possa transformar-se em um Estado de partidos políticos, aglutinadores das diversas vertentes políticas do nosso povo, representado por mais de 100 milhões de eleitores. E o Município, como célula da atividade política, é o palco ideal de atuação desse sistema partidário, pois é lá que se inicia todo o processo de exercício da democracia.

É no Município que são geradas as demandas mais autênticas dos interesses da população, as quais nós, homens públicos, devemos dedicar toda a nossa atenção, pois elas são a razão de ser da nossa própria condição de representantes do povo.

Fazemos essas considerações, Sr. Presidente, a propósito da aprovação recente, na Comissão de Constituição de Justiça desta Casa, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1996, de iniciativa do ilustre Deputado César Bandeira, que "Dá nova redação ao § 4º da Constituição Federal", dispondo sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

Conforme deliberação deste Plenário, a referida proposta, com parecer favorável do nobre Relator Bernardo Cabral, de brilhante parecer, foi incluída para votação na Ordem do Dia de 14 de agosto próximo.

Ela dispõe textualmente que:

"a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal apresentados e publicados na forma da lei."

Trata-se, sem dúvida de um avanço importante em relação ao que é disposto pela Constituição em vigor, no sentido de assegurar clareza ao processo de criação de novos municípios e sobretudo garantir às novas unidades do sistema federativo plena viabilidade econômica.

A primeira importante mudança aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado diz respeito à exigência de uma lei complementar federal que determinará o período em que poderão ocorrer os processos de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

A segunda alteração refere-se à exigência da realização e divulgação de um Estudo de Viabilidade Municipal, que indicará se o distrito candidato a município reúne as condições econômicas e operacionais para candidatar-se à criação, fusão ou incorporação.

Cumpre-me, Sr. Presidente, salientar que tramita na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional nº 297, de 1995, de iniciativa do Poder Executivo, dispondo sobre a mesma matéria.

A proposta do Executivo dispõe que os municípios que, durante um período de cinco anos – vejam o absurdo –, não atenderem aos requisitos fixados para sua constituição voltarão à condição de distritos dos municípios de onde forem desmembrados – cassação, simplesmente.

Dispõe também que, enquanto não for votada a lei complementar federal, fica vedada criação, incorporação, a fusão ou desmembramento de Municípios.

E mais: ficam suspensos os processos de instalação dos Municípios cuja criação, incorporação, fusão ou desmembramento já tenham sido objeto de plebiscito.

Essa suspensão se aplicaria também aos Municípios que, embora criados, incorporados, fundidos ou desmembrados em decorrência do preceito da Constituição do Estado ou de lei estadual em vigor não tenham realizado eleições para os respectivos cargos. Em outras palavras, a lei jogaria por terra o

pleito das eleições municipais nos distritos recentemente emancipados.

Como essa proposta chegou tardiamente ao Congresso Nacional, praticamente quando já haviam sido criados os novos Municípios, 97 dos quais, somente no meu Estado, Minas Gerais, que tem hoje 853 Municípios, Deputados e Senadores deram prioridade à proposta de Emenda Constitucional nº 22, apresentada à Câmara, em agosto de 1991, pelo nobre Deputado César Bandeira, do Maranhão.

Entendemos, portanto, Sr. Presidente, que essa proposta atende perfeitamente aos objetivos a que nos referimos de garantir a viabilidade do processo de criação de novos Municípios, dentro de pressupostos que evitem os eventuais excessos emancipacionistas, sem ferir as legítimas aspirações das populações de núcleos urbanos que possuam identidade, dimensão econômica e vontade política de autogovernar-se.

Esse foi o fundamento do nosso voto na Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 22.

Os elevados objetivos da proposta do Executivo serão alcançados com maior brevidade pela proposição de lei de iniciativa da Câmara e em tramitação rápida no Senado da República. As emancipações recentemente ocorridas já não correm o risco de inviabilidade, até porque as eleições dos novos municípios serão efetivamente realizadas no próximo dia 3 de outubro.

Era essa, Sr. Presidente, a exposição que queria fazer, para tranquilizar as lideranças políticas no que tange às eleições municipais dos Municípios novos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy – Solicito ao Senador Geraldo Melo que assuma a Presidência para que eu possa fazer uma breve comunicação.

O Sr. Eduardo Suplicy, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para uma breve comunicação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assinalou hoje o Senador Josaphat Marinho a sua preocupação com o fato de o Banco do Brasil ter acusado prejuízo recorde de R\$7,8 bilhões, significativamente superior ao prejuízo de R\$4,2 bilhões anunciados em 1995. Em abril passado, a instituição recebeu

um aporte do capital do Tesouro Nacional de R\$8 bilhões.

Dada a natureza pública da instituição, o fato de seu acionista maior ser o Tesouro Nacional e de esse resultado acabar tendo forte impacto sobre as finanças do Governo, faz-se necessário que o Senado Federal seja informado sobre as qualidades das operações de crédito que têm caracterizado a vida do Banco do Brasil, as garantias que têm sido oferecidas pelos seus clientes, sobre os critérios para concessão de créditos e sobre as providências relativas à responsabilização dos que tomaram decisões que possam ter contribuído para os resultados apresentados.

Assim, na direção do que expôs hoje o Senador Josaphat Marinho, preparei um requerimento, para que o Ministro da Fazenda preste as seguintes informações:

1) Cópia da relação das pessoas físicas e jurídicas cuja inadimplência contribuiu para que o Banco do Brasil apresentasse no seu balanço relativo ao primeiro semestre de 1996 o prejuízo mencionado detalhando seus nomes ou razão social, ramo de atividade, data das concessões dos créditos, seus valores atualizados e as garantias constituídas por cada um.

2) Cópia dos relatórios técnicos que justificaram a autorização para a concessão das operações dos cinquenta maiores devedores inadimplentes.

3) Que providências o Banco do Brasil está adotando com vistas a recuperar os créditos inadimplentes? As garantias solicitadas não foram suficientes para que o Banco do Brasil pudesse resguardar a sua posição?

4) Que providências o Banco do Brasil está adotando em relação às pessoas que autorizaram tais operações?

Com respeito ao tema de que tratei ontem, as perguntas contidas no requerimento de informações que registrei hoje são as seguintes:

1) Que razões justificam a decisão adotada pelo Conselho Monetário Nacional em sua reunião de 25 de julho próximo passado, de liberar a cobrança da maioria dos serviços bancários?

2) Que garantias há para os correntistas de que as normas estabelecidas pelas instituições financeiras não resultarão em cobranças abusivas, dado o caráter concentrado do setor bancário?

3) Que razões justificam a decisão adotada de reduzir de 120 para 100 por cento do valor do empréstimo as garantias exigidas para que instituições

sob RAET tenham acesso às linhas de liquidez do Banco Central?

Sr. Presidente, R\$7,8 bilhões de prejuízo do Banco do Brasil contrastam com R\$61 milhões que o BNDES anuncia no seu programa de crédito popular, tanto no que diz respeito ao BNDES trabalhador quanto ao BNDES solidário. Inspirado no exemplo do Governo do Distrito Federal, o Banco do Trabalhador, o Banco do Povo, essa iniciativa do BNDES é importante. Ele começa com uma pequena quantia, R\$61 milhões, para micro e pequenos empresários. Ressalte-se: o valor dos inadimplentes do Banco do Brasil, que normalmente são grandes credores, é extraordinariamente maior. Cabe assinalar a relevância daquilo que hoje o Senado está requerendo, para obter as informações precisas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Antes de encerrar a sessão, solicitaria ao Senador Eduardo Suplicy que assumisse a Presidência dos trabalhos, porque desejo fazer uma intervenção como Líder do PSDB.

O Sr. Geraldo Melo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Tem a palavra o Senador Geraldo Melo, como Líder do PSDB.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo fazer uma observação em torno da questão do Banco do Brasil, que está sendo discutida aqui.

Em primeiro lugar, embora preze muito a questão do sigilo bancário, não tenho nenhuma preocupação com o meu próprio. De forma que, para mostrar a isenção com que vou prestar este depoimento, quero que a Casa saiba que sou ligado a uma empresa inadimplente perante o Banco do Brasil e que está sendo executada por ele.

Portanto, eu poderia ser movido por certo ressentimento e a minha postura poderia ser a de me servir da condição de Senador para agravar algum tipo de constrangimento que possa estar havendo nesse caso. Todavia, pelo contrário, eu desejava fazer uma ponderação, antes que a severidade ou o gosto pelo espetáculo, que V. Ex^a sabe que às vezes toma conta de muitas pessoas, e o descuido com relação ao conceito e à imagem dos outros permitissem que não levássemos em consideração esses pontos.

Primeiro, o Presidente do Banco do Brasil é um homem com carreira no serviço público brasileiro e, até onde sei, não há notícia de que tenha desonrado algum cargo que ocupou ou que dele tenha saído acusado de improbidade ou de incompetência.

Segundo, gostaria de lembrar que o Banco do Brasil não pode ser comparado de forma linear com qualquer outro banco, mesmo com um banco público que não tenha os mesmos atributos dele. O Banco do Brasil, além de ser uma instituição de crédito, foi usado até agora por todos os governos como um braço da ação de política econômica do Governo. Algumas vezes, o Governo Federal desenhava um programa a ser cumprido, executado pelo Banco do Brasil, mesmo que o custo e as condições desse programa não fossem adequados para uma instituição bancária. E o Banco do Brasil, como um braço operacional do Governo na realização de políticas econômicas, muitas vezes, teve que absorver custos que uma instituição gerida por critérios exclusivamente privados não precisaria absorver.

O terceiro ponto é que o prejuízo de que tanto se fala é fruto de uma decisão técnica. Definuiu-se que operações em atraso a partir de determinada data deveriam ser levadas a prejuízo. Tudo isso sendo feito de uma só vez faz aparecer um prejuízo monumental, e esse prejuízo monumental não é, portanto, fruto da qualidade da gestão atual do Banco do Brasil, não é resultado de nenhum tipo de irresponsabilidade da direção do Banco do Brasil. Mas se aquilo que estava nas contas do Banco e não era considerado prejuízo, sem que nenhum fato novo tenha ocorrido, de um dia para outro, decide-se, por razões técnicas, lançar como prejuízo, aquilo realmente gera uma situação de contas em vermelho que não existia antes.

Estou fazendo essas ponderações apenas para evitar que o zelo, o exercício pleno, legítimo e adequado dos deveres e das prerrogativas desta Casa de fiscalizar os órgãos do Poder Executivo possa nos conduzir a praticar injustiças ou avaliar inadequadamente o trabalho que está sendo feito por essas autoridades.

Finalmente, eu queria pedir a atenção de V. Ex^a e da Casa para o seguinte: se o que se deseja é realmente criar uma situação para privatizar o Banco do Brasil, deve-se continuar nessa linha, mostrando um Banco cheio de problemas e dificuldades, com o valor das suas ações em decadência e com uma situação de desconfiança generalizada em torno da instituição. Não vão faltar as vozes para dizer que a

solução, diante disso, é vender este ativo que é, na verdade, um ativo da sociedade brasileira.

Encerro minhas palavras com essa ponderação, que não é uma advertência, mas é alguma coisa que deixo, esperando que mereça uma reflexão séria a respeito do que acaba de ser dito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nobre Senador Geraldo Melo, o Banco do Brasil terá a oportunidade de responder – em especial o Ministro da Fazenda –, com clareza, todos os questionamentos que agora foram objeto da consideração de V. Exª, bem como dos Senadores que o antecederam nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h34min.)

COMISSÃO MISTA

Destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.483-14, de 10 de julho de 1996, que "reduz o imposto de importação para os produtos que especifica e dá outras providências".

1ª Reunião (Instalação), realizada em 16 de julho de 1996.

Às quinze horas do dia dezesséis de julho do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala nº 4, da Ala Senador Nilo Coelho, anexo II do Senado Federal, reúne-se a Comissão Mista acima especificada. Presente os Senhores Parlamentares: Fernando Bezerra, Waldeck Ornelas, José Agripino, Coutinho Jorge, Romeu Tuma, Sebastião Rocha, Beni Veras, José Carlos Aleluia e Cláudio Cajado. A Presidência, exercida eventualmente pelo Senhor Senador Waldeck Ornelas, comunica que havendo número regimental, declara instalada a Comissão. A seguir comunica que por acordo de Lideranças, foram indicados os Senhores Senadores Fernando Bezerra e Coutinho Jorge para exercerem as funções de Presidente e Vice-Presidente. A seguir, submete para apreciação dos Senhores membros, os nomes indicados. Não havendo quem se manifestasse contrário às indicações, foram considerados eleitos por aclamação. A seguir o Senhor Senador Waldeck Ornelas convida os Senhores Senadores, Fernando Bezerra e Coutinho Jorge para assumirem a Presidência e a Vice-Presidência respectivamente. Dando continuidade aos trabalhos o Senhor Presidente designa o Senhor Deputado José Carlos Aleluia para

relatar a matéria. Logo após concede a palavra ao Senhor Relator que apresenta Parecer favorável à admissibilidade da Medida Provisória. Ato contínuo é a matéria colocada em discussão e votação e sendo a mesma aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrado os trabalhos, e para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 905, DE 1996 (*)

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 9.883/96.7, de interesse da Subsecretaria de Taquigrafia, resolve:

Art. 1º É designada a servidora NINA LÚCIA DE LEMOS TORRES, matrícula 3603, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Revisão Taquigráfica, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Taquigrafia, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º Revoga-se a designação do servidor Jorge Barros de Castro, contida no Ato nº 1.060/95, do Diretor-Geral.

Senado Federal, 23 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no DSF de 24-7-96.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 923, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 010.989/96-0, resolve exonerar, a pedido, REINALDO MARTINS RIBAS do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Pedro Simon, a partir de 18 de julho de 1996.

Senado Federal, 30 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 924, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº

010.951/96-2, resolve aposentar, voluntariamente, MARIA SALOMÉ NUVEM VIEIRA, Técnico Legislativo, Área 2 – Especialidade Assistência a Plenários e Portaria, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-19/96, publicada em 5-7-96, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 925, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.868/96-8, resolve aposentar, voluntariamente, ANA MARIA DA SILVA, Analista Legislativo, Área 2 – Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-19/96, publicada em 5-7-96, com proventos proporcionais ao tempo de servi-

ço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 30 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 926, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso XI, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, da Lei nº 8.112, de 1990, resolve remover, de ofício, o servidor ANTERO PINTO SOBRINHO, matrícula 2635, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade: Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Representação do Rio de Janeiro para o Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 30 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 927, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 3º, inciso XI, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 36, da Lei nº 8.112, de 1990, resolve remover, de ofício, o servidor ALBERTO DE AZAMBUJA VILLANOVA, matrícula 5083, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte,, Especialidade: Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, da Representação do Rio de Janeiro para o Senado Federal em Brasília.

Senado Federal, 30 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

1. 1990年12月1日以前，在《民法通则》施行以前，即1986年4月1日以前，发生民事法律行为，适用行为发生时的法律。

[illegible]

Figure 1. The effect of the number of iterations on the accuracy of the proposed algorithm. The accuracy of the proposed algorithm increases with the number of iterations. The accuracy of the proposed algorithm is 0.9999 after 100 iterations.

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elio Álvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinöbing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL**
(Mandato: de 2 a 31 de julho de 1996)

SENADO FEDERAL

Titulares

1. Renan Calheiros
2. Eimandes Amorim

PMDB

PFL

1. Antônio Carlos Magalhães
2. Odacir Soares

PSDB

1. José Roberto Arruda

PPB + PT + PTB + PDT + PSB + PSL + PPS

1. José Eduardo Dutra
2. Eptácio Cafeteira

Suplentes

1. Ney Suassuna
2. Nabor Júnior

1. Júlio Campos
2. Hugo Napoleão

1. Sérgio Machado

1. (vago)
2. (vago)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

1. Álvaro Gaudêncio Neto
2. Carlos Magno
3. Hugo Rodrigues da Cunha
4. Pedrinho Aarão

PFL/PTB

PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN

1. Eliseu Padilha
2. Fernando Diniz
3. Geddel Vieira Lima

PPB/PL

1. Jofran Frejat
2. José Rezende
3. Márcio Reinaldo Moreira

PSDB

1. Antônio Aureliano
2. Antônio Carlos Panunzio
3. Marcconi Perillo

PT

1. Chico Vigilante
2. Pedro Wilson

PDT

1. Severiano Alves

Suplentes

1. Paulo Gouveia
2. Paes Landim
3. Philemon Rodrigues
4. Ursicino Queiroz

1. Eudoro Pedrosa
2. Hélio Rosas
3. Lídia Quinosa

1. Benedito Domingos
2. Valdemar Costa Neto
3. Wigberto Tartuce

1. Aécio Neves
2. Arnaldo Madeira
3. Ubiratan Aguiar

1. Gilney Viana
2. Maria Laura

1. Eurípedes Miranda

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA**

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPTÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *2

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSE			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

1 Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP

Osmar Dias²

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Mascari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 128 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? –

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito

Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira

Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria

orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de

1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos

Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guima-

rães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira

Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamennnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar –

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho
A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnoldo Wald
Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini
A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura
A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva
Direito à moradia – Sérgio Sêrvulo da Cunha
Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior
Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias
A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil
Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki
Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne
A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado
Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese
Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes
Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de Mattia
Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede
Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes
Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercôsul – José Matias Pereira
A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati
Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares
Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa
A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior
O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha
A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto
Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck
IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvia Meira
A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves
Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:
Endereço:
Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:
Data: Assinatura:

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio.....	R\$ 96,60
Assinatura c/porte.....	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso.....	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS